



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**LEANDRO DE PONTES ARAÚJO**

**APROPRIAÇÃO ECONÔMICA DA RELIGIÃO E A POLÍTICA  
DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO: Reflexões a partir do  
Memorial Frei Damião, Guarabira -PB**

**JOÃO PESSOA – PB  
2013**

**LEANDRO DE PONTES ARAÚJO**

**APROPRIAÇÃO ECONÔMICA DA RELIGIÃO E A POLÍTICA  
DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO: Reflexões a partir do  
Memorial Frei Damião, Guarabira -PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Júnior.

**JOÃO PESSOA – PB  
2013**

A663a Araújo, Leandro de Pontes.

*Apropriação econômica da religião e a política de desenvolvimento do turismo: reflexões a partir do Memorial Frei Damião, Guarabira-PB / Leandro de Pontes Araújo.-- João Pessoa, 2013.*

144f. : il.

Orientador: Marco Antonio Mitidiero Júnior

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN

1. Turismo - religião. 2. Turismo religioso. 3. Produção capitalista - espaço. 4. Turismo - políticas públicas - Guarabira-PB. 5. Fenômeno religioso - mercantilização.

UFPB/BC

CDU: 338.482:2(043)

**LEANDRO DE PONTES ARAÚJO**

**APROPRIAÇÃO ECONÔMICA DA RELIGIÃO E A POLÍTICA DE  
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO: Reflexões a partir do Memorial Frei Damião,  
Guarabira -PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Júnior  
Orientador – UFPB

---

Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva  
Membro Interno – UFPB

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Josefa de Lisboa Santos  
Membro Externo – UFS

## AGRADECIMENTOS

Ao me sentar para escrever esses agradecimentos veio à mente uma retrospectiva de vida, sonhos, desejos, conquistas e superações. Considero-me um privilegiado por ter superado mais este degrau, contudo, isso só foi possível de se concretizar com o apoio de muitas pessoas. Portanto, a elas vou dirigir atenção como forma de agradecimento.

Primeiramente sou grato à Deus, por ter me dado à vida e a capacidade para ter chegado a este momento ímpar na vida de uma pessoa.

Aos meus pais: Severino dos Ramos Lopes de Araújo e a minha querida e guerreira mãe Maria de Pontes Araújo, pela existência, incentivo e dedicação aos meus estudos a cada dia. Sei que nem sempre foi fácil, sei também dais privações passadas para permitir que seus filhos tivessem uma educação de qualidade, mas tenho certeza de que tudo vem e continuará a render bons frutos.

À minha irmã Evelynne pelo carinho, afeto, confiança e incentivo que sempre me colocou para cima, acreditando em seu irmão mais velho. Aos meus avós – João Saraiva e Maria Pontes que me acolheriam em sua casa, durante a minha graduação na UEPB-CAMPUS III, em Guarabira. Momento que me permitiu conhecê-los melhor, bem como admirá-los ainda mais.

E é claro à minha linda, Luzivalda Guedes, minha esposa e eterna enamorada, sem ela nada disto seria possível, foi através do seu incentivo, confiança, companheirismo e por acreditar sempre em meu potencial que pude ingressar na Pós-Graduação em Geografia. Certamente, minha linda é peça fundamental desta conquista.

Aos meus amigos de infância e amigos que fiz no transcorrer da minha graduação e Pós-Graduação. Ao amigo Petrúcio, Manuel, Clodoaldo, Pablo, Lidiane, Karol, Tereza, Niedja com os quais compartilhei dos bons momentos do Mestrado. Aos amigos de carona de caminhão, ônibus, carro de padre, dentre várias outras caronas na ida para à UEPB, colegas de reivindicações na busca por melhorias de nossa realidade e amigos de estudos. Colegas de eventos e viagens por este Brasil.

Não poderia esquecer dos professores que contribuíram para o desenvolvimento dos meus conhecimentos, dentre muitos se destacam o Prof. Santana., a Prof<sup>a</sup>. Ms. Marceleuze de Araújo Tavares pela amizade; ao Prof. Dr. Eduardo Pazera Jr. pelo apoio, material fornecido e amizade; Prof. Dr. Belarmino Mariano Neto pelas sugestões e amizade; ao Professor Dr. Bartolomeu pela cordialidade e gentilezas durante os períodos cursados na Pós-Graduação; ao Professor Dr. Anieres, pela cordialidade, amizade e sinceridade que despertaram-me um interesse maior pela Geografia; à Professora Dr<sup>a</sup> Maria Franco, que com seu jeito espirituoso soube despertar a amizade, assim como, pelo apoio durante as disciplinas cursadas; e, é claro agradecer ao Professor Dr. Marco Antonio Mitidiero Jr., meu orientador, primeiro por ter aceitado me orientar, e segundo pela forma tranquila que soube conduzir tal processo, sempre objetivo e sincero, soube focar suas indagações buscando nortear da melhor maneira possível suas orientações, muitas vezes parecia mais um irmão mais velho, sendo bem metódico e se preocupando com singularidades que só um irmão poderia se preocupar. Muito obrigado por tudo Marco. Você foi fundamental para a concretização deste sonho. E por último, porém não menos importante, à Sônia (secretaria da Pós-Graduação), que com seu jeito meigo e acolhedor não poderia deixar de estar neste agradecimento, Sônia, muito obrigado pelas palavras de encorajamento e pela serenidade no trato com os alunos.

À todos o meu mais sincero muito obrigado!

## RESUMO

Este estudo pretende explorar as relações que ligam a produção e o consumo de produtos turísticos, desde o contexto cultural e político de sua criação até os rebatimentos, vinculados a práticas de produção do espaço. Neste sentido, o presente trabalho propõe uma discussão quanto à “produção capitalista do espaço”, refletindo sobre a existência e conflitos entre políticas públicas atreladas ao turismo no município de Guarabira, Paraíba. A reflexão sobre as ações do planejamento político ou da gestão administrativa e sua espacialização no município, serviram como recorte espacial para a análise do tema proposto. Em Guarabira, no Agreste Paraibano, o religioso Frei Damião tornou-se ícone da religiosidade de caráter popular, atraindo grandes multidões que atendiam a seus sermões missionários, vindos de cidades e estados vizinhos. O Memorial Frei Damião, principal artefato material que caracteriza a produção do espaço contemporâneo do município voltado à mercantilização do fenômeno religioso, é reconhecido, pelos gestores públicos, pelas políticas administrativas e pela sociedade local, como um “símbolo fé católica no estado da Paraíba”. A pesquisa partiu da hipótese de que a produção do espaço do município em questão foi palco de processos sociais e políticos que culminaram na eleição da cidade como locus do turismo religioso no Agreste do estado da Paraíba, em que a reestruturação capitalista, deu-se de forma desigual e combinada. O turismo é um fenômeno complexo que contribuiu para a reconstrução da sociedade, a partir das ações dos atores envolvidos no processo, que constroem a dimensão material e a dimensão simbólica. As pesquisas até aqui desenvolvidas permitiram analisar o fenômeno do turismo religioso sob um ponto de vista de interação com as magnitudes materiais e simbólicas da realidade do município de Guarabira. Dessa forma, tem-se como objetivo analisar a produção capitalista do espaço a partir da apropriação econômica da religião, da dinâmica populacional percebida no município de Guarabira e da influência da política pública vinculada à prática turística no referido município, identificando as principais ações promovidas pelo poder público para o desenvolvimento local que têm colaborado e/ou não para a produção do espaço. O presente trabalho tem o seguinte problema: Qual a influência da política pública relativa ao desenvolvimento turístico para a produção do espaço na cidade de Guarabira? A estruturação espacial do estudo está diante do contexto socioeconômico e das ações implantadas no município de Guarabira, que colaboram com a produção do espaço e a correlação com a apropriação econômica da religião. Onde a diversidade de atores produzem a realidade a partir das distintas interpretações, estabelecendo conexões de cooperação e conflito em relação aos interesses envolvidos. Neste sentido, parece oportuna a reflexão de que a prática do turismo religioso no município de Guarabira figura como uma potencialidade não como uma vocação, ou seja, algo que foi criado, não algo que tenha sido herdado.

Palavras-chave: Produção Capitalista do Espaço; Políticas Públicas; Turismo Religioso; Mercantilização do fenômeno religioso.

## ABSTRACT

This study aims to explore the relationships linking the production and consumption of tourism products , from the cultural and political context of its creation until the reverberations , linked to practical production of space . In this sense , this paper proposes a discussion about the " capitalist production of space " , reflecting on the existence and conflicts between public policies linked to tourism in the municipality of Guarabira , Paraíba . The reflection on the actions of policy planning or administrative operations and its spatialization in the city , served as the spatial area for the analysis of the subject . In Guarabira in Paraíba arid , religious Frei Damiao has become the religion of popular character icon, attracting large crowds who attended his sermons missionaries , coming from neighboring cities and states . The Memorial Frei Damiao , main material artifact that characterizes the production of contemporary space of the city facing the commercialization of the religious phenomenon , is recognized by public managers , the administrative policies and by local society , as a " symbol Catholic faith in the state of Paraíba " . The research hypothesized that the production of space in the municipality in question was the scene of social and political factors that led to the election of the city as a place of religious tourism in the arid zone of the state of Paraíba , where capitalist restructuring processes , gave up the uneven and combined. Tourism is a complex phenomenon that contributed to the reconstruction of society , from the actions of the actors involved in the process , building the material dimension and symbolic dimension . The research undertaken so far helped analyze the phenomenon of religious tourism from the point of view of interaction with the material and symbolic magnitudes of the reality of the city of Guarabira . Thus , one has to analyze the capitalist production of space from the economic appropriation of religion, population dynamics seen in the city of Guarabira and influence linked to tourism practice in that county policy , identifying the main actions promoted by government for local development that have collaborated and / or not to the production of space . The present work has the following problem : What is the influence of public policy on tourism development for the production of space in the city of Guarabira ? The spatial structure of the study is on the socioeconomic context and the actions implemented in the municipality of Guarabira , collaborating with the production of space and the correlation with the economic appropriation of religion . Where diversity of actors construct reality from different interpretations , establishing relations of cooperation and conflict in relation to the interests involved . In this sense, it seems timely to reflect that the practice of religious tourism in the municipality of Guarabira figure as a potential not as a vocation , ie , something that was created , not something that has been inherited.

Keywords: Capitalist Production of Space ,Public Policy, Religious Tourism, Commodification of religious phenomena .

## LISTA DE FIGURAS

|           |   |    |
|-----------|---|----|
| Figura 1  | Romeiros em dia de visita de Frei Damião em Guarabira             | 34 |
| Figura 2  | Romaria durante a construção do Memorial Frei Damião              | 35 |
| Figura 3  | Memorial Frei Damião em sua fase final de construção              | 36 |
| Figura 4  | Posto Frei Damião   | 39 |
| Figura 5  | Auto Escola Frei Damião   | 40 |
| Figura 6  | Reboque Frei Damião   | 40 |
| Figura 7  | Casa dos Fotógrafos, em propaganda usando a imagem do Frei Damião | 41 |
| Figura 8  | Loteamento Sol Nascente, aos pés do Memorial Frei Damião          | 43 |
| Figura 9  | Loteamento no Bairro Novo, aos pés do Memorial Frei Damião        | 43 |
| Figura 10 | Políticas públicas e suas variáveis                               | 61 |

## LISTA DE QUADROS

|          |  |    |
|----------|--|----|
| Quadro 1 | Classificação do turismo                     | 28 |
| Quadro 2 | Classificação do turismo quanto à modalidade | 28 |
| Quadro 3 | Classificação do turismo quanto ao tipo      | 29 |
| Quadro 4 | Características do Memorial Frei Damião      | 39 |

## LISTA DE MAPAS

|        |    |
|--------|----|
| Mapa 1 | 22 |
| Mapa 2 | 23 |
| Mapa 3 | 65 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|           |    |
|-----------|----|
| Gráfico 1 | 53 |
| Gráfico 2 | 56 |

## LISTA DE TABELAS

|           |  |    |
|-----------|--|----|
| Tabela 1  | Divisão das RGAs   | 24 |
| Tabela 2  | Visitantes ao Memorial Frei Damião – 08-15 jan. 2012   | 48 |
| Tabela 3  | Visitantes ao Memorial Frei Damião, 22-29 jan. 2012  | 49 |
| Tabela 4  | Visitantes ao Memorial Frei Damião, 04-11 mar. 2012  | 50 |
| Tabela 5  | Visitantes ao Memorial Frei Damião, 18 mar.-08 abr. 2012   | 51 |
| Tabela 6  | Visitantes ao Memorial Frei Damião, 15-22 abr. 2012  | 52 |
| Tabela 7  | Visitantes ao Memorial Frei Damião, 13-20 maio 2012  | 53 |
| Tabela 8  | Visitantes ao Memorial Frei Damião, 27 maio-10 jun. 2012   | 54 |
| Tabela 9  | Evolução do número da população da 2ª RGA  | 80 |
| Tabela 10 | Evolução do número de domicílios particulares permanentes da 2ª RGA  | 81 |
| Tabela 11 | PIB a preços correntes e PIB per capita segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios – 2006-2010 | 83 |

## LISTA DE SIGLAS

|          |  |
|----------|--|
| BID      | Banco Interamericano de Desenvolvimento  |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                    |
| Ideme    | Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba                       |
| Ipeadata | Base de Dados Econômicos e Financeiros do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| PBTur    | Agência Paraibana de Turismo   |
| PDP      | Plano Diretor Participativo  |
| Pedites  | Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável                          |
| PND      | Plano Nacional de Desenvolvimento  |
| PNT      | Plano Nacional do Turismo  |
| Prodetur | Programa de Desenvolvimento do Turismo   |
| RGAs     | Regiões Geoadministrativas do Estado da Paraíba                                    |
| Seade    | Sistema Estadual de Análise de Dados   |
| TGC      | Taxa Geométrica de Crescimento   |

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b>   | 15  |
| <b>1 TURISMO NA PERSPECTIVA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO</b>         | 21  |
| 1.1 DELIMITAÇÃO DO RECORTE ESPACIAL: O município de Guarabira | 22  |
| 1.2 ENCAMINHAMENTOS CONCEITUAIS                               | 25  |
| 1.3 TURISMO, IMPACTOS ECONÔMICOS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO         | 27  |
| <b>2 TURISMO RELIGIOSO EM GUARABIRA</b>                       | 33  |
| 2.1 FREI DAMIÃO E ASSOCIAÇÕES SIMBÓLICAS DE OBJETOS MATERIAIS | 34  |
| 2.2 MEMORIAL FREI DAMIÃO E “DAMIANIZAÇÃO” EM GUARABIRA        | 40  |
| 2.3 PRÁTICAS CULTURAIS E MERCANTILIZAÇÃO DO SAGRADO           | 46  |
| <b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO BRASILEIRO</b>             | 59  |
| 3.1 POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO EM GUARABIRA                  | 72  |
| 3.2 PLANEJAMENTO E GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO              | 77  |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>                                   | 91  |
| <b>REFERÊNCIAS</b>  | 96  |
| <b>APÊNDICE</b>   | 103 |

## **INTRODUÇÃO**

## INTRODUÇÃO

A economia global contemporânea caracteriza-se por uma intensificação e sofisticação dos processos de mercantilização do espaço e consumo de crenças e valores, anexando significados e associações simbólicas a objetos materiais. As interpretações tradicionais da mercantilização cultural sugerem enfraquecimento das culturas tradicionais e das práticas culturais através da integração com o turismo global, em que a tendência é existir uma relativa homogeneização dos espaços produzidos e “consumidos”.

Este estudo pretende explorar as relações que ligam a produção e o consumo de produtos turísticos, desde o contexto cultural e político de sua criação até seu consumo e apropriação de novos locais, vinculadas a práticas de produção do espaço. Neste sentido, o presente trabalho propõe uma discussão quanto à “produção capitalista do espaço”, refletindo sobre as formas de acontecer das políticas públicas atreladas ao turismo, tendo como “tela de fundo” a constatação de que o turismo, como atividade econômica pertencente ao setor terciário, consiste em um conjunto de serviços integrados por várias empreendimentos interdependentes. Nesse bojo, informações da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR, 2007) confirmam que esse setor de serviço, sob a ótica econômica, possibilita a geração de divisas, melhora o *status* produtivo da localidade receptora.

A reflexão sobre as ações do planejamento político, da gestão administrativa e sua espacialização no município de Guarabira, serviu como recorte espacial para a análise do tema proposto. A pesquisa partiu da hipótese de que a produção do espaço do município em questão foi palco de processos sociais e políticos que culminaram na eleição da cidade como lócus do turismo religioso no Agreste do estado da Paraíba.

Em Guarabira, no Agreste Paraibano, o religioso Frei Damião tornou-se ícone da religiosidade de caráter popular, atraindo grandes multidões que atendiam a seus sermões missionários, vindos de cidades e estados vizinhos. O Memorial Frei Damião, principal artefato material que caracteriza a produção do espaço contemporâneo do município voltado ao turismo religioso, é reconhecido, pelos gestores públicos, pelas políticas administrativas e pela sociedade local, como um “marco da fé católica no estado da Paraíba”.

Obras simbólicas, por terem muitos significados, podem catalisar a atenção da sociedade local, regional e até mundial. No caso brasileiro, especialmente, quando se associam os significados místico-religiosos, essas obras podem alcançar significados marcantes do ponto de vista das percepções e escolhas culturais da sociedade e do território

onde se encontram, pois, dessa forma, o espaço urbano se constrói como um produto social, seguindo o ritmo da sociedade que dele se apropria, a partir de práticas socioespaciais.

Estruturas da religiosidade popular, como o Memorial Frei Damião, têm atraído a circulação de muitas pessoas, viabilizando comunicação, desejos, comércio, ritos etc. Torna-se, assim, mais do que um elemento de fé, crença, peregrinação e romaria, mas se transforma num espaço dentro do qual se desenrolam práticas de deslocamento e consumo. Em uma sociedade onde as trocas materiais e simbólicas estão no centro das relações, essas práticas se tornam indissociáveis da religião, podendo fabricar um novo tipo de arranjo social (STEIL, 1998).

O fenômeno religioso das romarias e peregrinações, em Guarabira, tem desenvolvido certas peculiaridades espaciais. Entre elas, destaca-se a relevância religiosa do Memorial Frei Damião, que se tornou ao mesmo tempo um dos maiores receptores de peregrinação cristã de todo o estado da Paraíba, diante de outras manifestações de cunho religioso, como a Cruz da Menina em Patos; os Caminhos do Padre Ibiapina com memorial em Solânea; a Procissão de Fátima na Pedra da Boca; a Procissão da Guia, na Igreja da Guia em Lucena, dentre outros.

Desse modo, por meio de uma análise crítica, pretende-se verificar a produção do espaço criado pelo fator religioso, assim como avaliar a existência de política pública de turismo no município de Guarabira, satisfazendo a uma ânsia de conhecimento de modo a compreender a produção do espaço a partir de uma análise integrada na construção do mesmo.

Quanto à metodologia, a pesquisa procurou compreender o fenômeno da política de desenvolvimento ao turismo no município de Guarabira. O estudo ora encaminhado utiliza a tipologia descrita por Beuren e Raupp (2006), que classifica a pesquisa quanto aos objetivos, aos procedimentos e à abordagem do problema. Quanto aos procedimentos, para contextualizar, o estudo é bibliográfico e documental, tendo em vista ser realizado por meio de material existente em relação ao tema proposto, compondo-se prioritariamente por dissertações, artigos, livros, documentos públicos.

O uso das entrevistas/declarações, fotografias, documentos, dentre outras formas de obtenção de dados, foram utilizados para registro do espaço geográfico, com o auxílio do gravador de áudio para realização das entrevistas e computador para transcrição daquelas e elaboração da dissertação, além da análise do discurso dos entrevistados, buscando caracterizar a área estudada, com a atenção de não mascarar a realidade avaliada.

Foram utilizados dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da base de dados econômicos e financeiros do Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (Ipeadata, 2012), do Ministério do Turismo, da Agência Paraibana de Turismo (PBTur), do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), da Igreja Católica, da Prefeitura Municipal de Guarabira, de questionários com os gestores públicos e entrevistas com a população.

Buscando atender aos objetivos da pesquisa, foi utilizado como critério a influência da política de interiorização do turismo no estado da Paraíba e a questão da produção do espaço percebida no município de Guarabira com o setor turístico, especificamente no turismo religioso. O grupo de informações coletadas foi vinculado numa conexão quanto aos aspectos da realidade, de modo a possibilitar concepções da produção do/no espaço no referido município, onde o espaço é visto como uma de suas dimensões.

A realidade é entendida por meio da análise e interposição de conceitos já existentes. Sendo assim, as intenções do planejamento político e sua espacialização no município de Guarabira compreendem a produção do espaço. Para tanto, a produção do espaço com a abordagem dada apoia-se num enfoque em que o método para interpretar a realidade é o materialismo histórico-dialético.

Conforme Gadotti (1997), tal método busca uma visão de totalidade, em que, por meio de esclarecimentos lógicos, procura-se analisar fenômenos da natureza e a própria sociedade. Portanto, é visto como um estudo da sociedade e sua relação com a história e a economia.

Para avaliação da produção do espaço foi empregado, também, o conceito de “desenvolvimento desigual”, que, proposto por Smith (1988, p. 221) como uma premissa à expansão capitalista, “[...] é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados”.

A pesquisa, enquanto análise de uma dada realidade, evidencia e expõe a produção do espaço, uma vez que o trabalho de campo é visto como preceito fundamental no desenvolvimento da pesquisa com as observações, seleções, interpretações e registros dos comentários e das informações obtidas de forma empírica.

Tendo como referência Zanella (2009, p. 75), a mesma faz a seguinte ressalva: “No trabalho de campo, o pesquisador é fundamental no processo de coleta e análise de dados, por isso não pode ser substituído por nenhuma outra pessoa ou técnica: é ele quem observa, seleciona, interpreta e registra os comentários e as informações do mundo natural.”

O trabalho de campo compreendeu: visitas no município em questão para coleta de dados a partir de diferentes técnicas de pesquisa; realização de entrevista semiestruturada

junto aos representantes da igreja, de modo a avaliar o consenso ou a discórdia frente às práticas capitalistas envolvendo a fé e a mercantilização da religião; entrevistas com o poder público local e estadual, de modo a avaliar a participação e articulação destes frente ao desenvolvimento de atividades econômicas que visam o desenvolvimento do município; e entrevistas com os romeiros.

A história oral, ou seja, a percepção dos moradores locais foi de grande valia para a obtenção dos dados, tendo em vista que a memória dos sujeitos permite uma reflexão mais ampla da veracidade dos fatos analisados. Uma vez que se trata de relatos individuais, estes não sendo tomados como verdades absolutas, serão confrontados com outras fontes, permitindo, assim, atentar para a análise e para a bagagem de informações coletadas.

Ainda na perspectiva de produção do espaço, buscou-se avaliar a dinâmica populacional percebida em Guarabira como um dos elementos de percepção da produção do espaço no município. Nessa ótica, foi elaborada uma tabela que demonstra a evolução do crescimento populacional de Guarabira e dos domicílios no município.

Nesse sentido, um dos critérios utilizados para a análise da evolução da população é a taxa geométrica de crescimento (TGC). De acordo com o Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2012), a TGC anual da população vem a demonstrar, em percentual, a média de crescimento da população num período de tempo. O IBGE (2010) evidencia o cálculo da TGC conforme Equação 1<sup>1</sup>.

Nesse caso, quando a proposta da pesquisa se destina a dialogar com a produção capitalista do espaço e a apropriação econômica da religião, enquanto espaço de produção social, parece fundamental compartilhar a ideia de Sobarzo (2006) de considerar o espaço público como produto e produtor das relações sociais criadas para vivências cotidianas.

No município de Guarabira são percebidas alterações no espaço que podem (ou não) ter relação com o turismo religioso, eis a justificativa desta pesquisa, onde se busca fazer a análise dos processos vinculados à prática do turismo religioso, uma vez que vários fatores vêm a influenciar a produção do espaço.

---

<sup>1</sup>

$$i = \left[ \left( \sqrt[n]{\frac{P(t+n)}{P(t)}} \right) - 1 \right] \times 100 \quad (1)$$

Em que:  $i$  = TGC  
 $n$  = número de anos no período  
 $P(t)$  = população inicial, no começo do período  
 $P(t+n)$  = população final, no fim do período

Nesse ponto de vista é conveniente analisar, em uma perspectiva crítica, “o espetáculo por trás das cortinas”, diante das ações que vêm sendo promovidas pelo poder público para viabilizar o projeto de turismo religioso em favor de permitir melhorias para o município.

Os estudos vinculados à produção do espaço são importantes instrumentos que permitem demonstrar a real situação do recorte espacial, ora objeto de estudo. Por meio desses estudos é possível traçar metas e permitir a superação de problemas existentes, além de motivar discussões no cenário político e econômico, de modo a possibilitar a tomada de decisão por parte dos gestores públicos para colaborarem com incentivos e implantação de medidas que possam estimular o crescimento e desenvolvimento das regiões.

A definição de objetivos de uma pesquisa tem como finalidade traçar as metas a serem alcançadas para o seu desenvolvimento, fazendo-se necessário especificá-los também para conseguir da pesquisa resultados com maior precisão.

Dessa forma, tem-se como objetivo analisar a produção capitalista do espaço a partir da apropriação econômica da religião, da dinâmica populacional percebida no município de Guarabira e da influência da política pública vinculada à prática turística no referido município, identificando as principais ações promovidas pelo poder público para o desenvolvimento local que têm colaborado e/ou não para a produção do espaço.

O presente trabalho tem o seguinte problema: Qual a influência da política pública relativa ao desenvolvimento turístico para a produção do espaço na cidade de Guarabira? A estruturação espacial do estudo está diante do contexto socioeconômico e das ações implantadas no município de Guarabira, que colaboram com a produção do espaço e a correlação com a apropriação econômica da religião.

Portanto, a partir do problema apresentado, a presente pesquisa foi construída com base em três capítulos: o primeiro trata do turismo na perspectiva da produção do espaço; o segundo diz respeito ao turismo religioso e associações simbólicas de objetos materiais em Guarabira; o terceiro retrata as políticas públicas do turismo brasileiro.

## **CAPÍTULO 1**

# **TURISMO NA PERSPECTIVA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

# 1 TURISMO NA PERSPECTIVA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

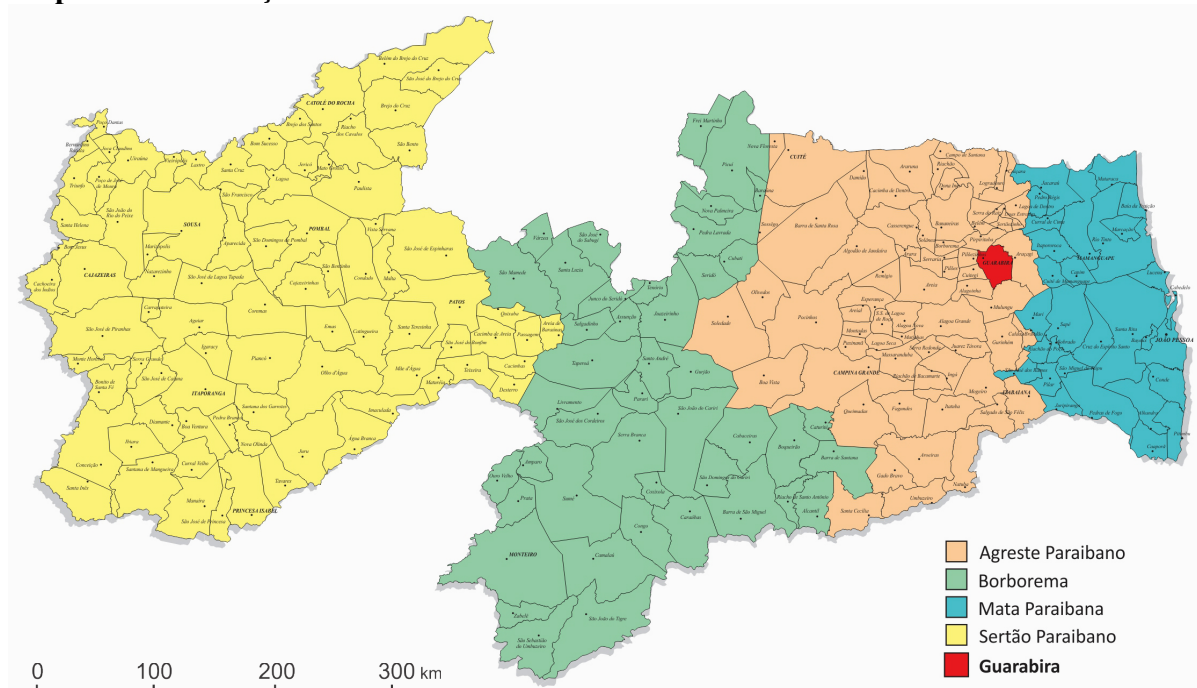
## 1.1 DELIMITAÇÃO DO RECORTE ESPACIAL: O município de Guarabira

O município de Guarabira, segundo o Monsenhor Emiliano de Cristo<sup>2</sup>, quer dizer, em tupi-guarani, berço das garças, *guará-para* ou *guará-bira*, isto é, morada dos guarás. Porém, muitos moradores da região identificam que no vocabulário indígena Guarabira significa árvore dos pássaros.

Historicamente, no século XVI, as terras onde hoje se localiza o município de Guarabira, no então engenho Morgado, foram exploradas pelo capitão Duarte Gomes da Silveira, que iniciou a pecuária e implantou os primeiros latifúndios. A emancipação política de Guarabira ocorreu a 26 de novembro de 1887, por força da Lei Provincial nº 841, e seu primeiro nome foi Vila da Independência.

A pesquisa considera a área compreendida pelo município de Guarabira, situado no Agreste Paraibano, mais especificamente na Depressão Sublitorânea, entre a vertente oriental do Planalto da Borborema e o Litoral Paraibano, a 98 Km da capital João Pessoa, conforme mapa 1.

**Mapa 1 – Localização da cidade de Guarabira no estado da Paraíba**



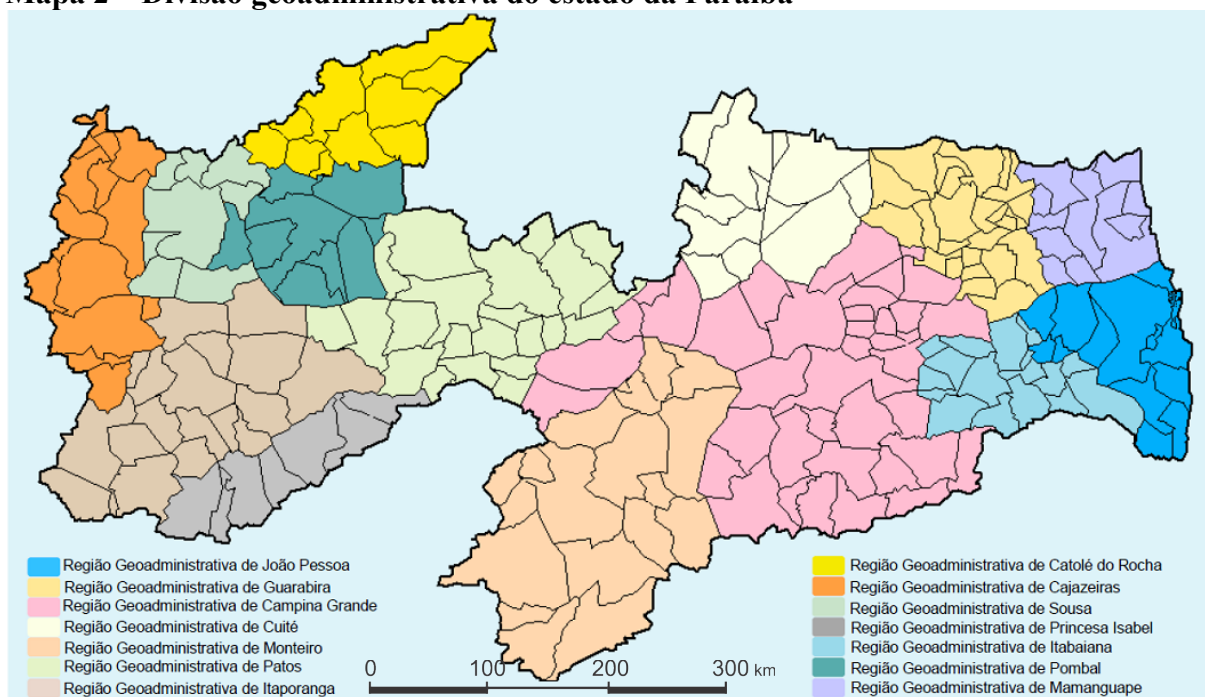
Fonte: Elaboração própria (2013).

<sup>2</sup> Informação obtida junto à Igreja Católica durante a pesquisa de campo.

O município de Guarabira ocupa uma área de 165 Km<sup>2</sup>, com altitude média de 150 m, onde vivem 52.155 habitantes. Suas coordenadas UTM são: 9229502 e 220371, e as coordenadas geográficas são: 6°48'41" Lat. N e 6°57'52" Lat. S; 35°22'50" Long. L e 35°31'48" Long. O. Limita-se ao norte com o município de Píripituba, ao sul com os municípios de Mulungu e Alagoinha, a leste com o município de Araçagi e a oeste com os municípios de Pilõesinhos e Cuitegi (MOREIRA, 1988; IBGE, 2013).

O município de Guarabira é sede de uma das 14 Regiões Geoadministrativas (RGAs) do Estado da Paraíba, o que lhe dá posição de destaque político-administrativo em todo o estado. Cada RGA possui um município sede e uma quantidade variada de municípios, conforme evidenciam o mapa 2 e a Tabela 1:

**Mapa 2 – Divisão geoadministrativa do estado da Paraíba**



Fonte: Ideme (2011).

De acordo com dados do Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEME, 2011), a divisão em RGAs vem orientar a atuação de planejamento do estado. Tal divisão passa a ser definida pelos Decretos n<sup>os</sup> 12.984, de 17/02/1989, 14.171, de 19/11/1991 e 30.531, de 14/08/2009. Todo o território paraibano está dividido em 14 RGAs, como demonstra a Tabela 1.

**Tabela 1 – Divisão das RGAs**

| RGA                             | Quantidade de municípios |
|---------------------------------|--------------------------|
| 1ª RGA – Sede: João Pessoa      | 14                       |
| 2ª RGA – Sede: Guarabira        | 24                       |
| 3ª RGA – Sede: Campina Grande   | 39                       |
| 4ª RGA – Sede: Cuité            | 12                       |
| 5ª RGA – Sede: Monteiro         | 18                       |
| 6ª RGA – Sede: Patos            | 22                       |
| 7ª RGA – Sede: Itaporanga       | 18                       |
| 8ª RGA – Sede: Catolé Do Rocha  | 10                       |
| 9ª RGA – Sede: Cajazeiras       | 15                       |
| 10ª RGA – Sede: Sousa           | 8                        |
| 11ª RGA – Sede: Princesa Isabel | 7                        |
| 12ª RGA – Sede: Itabaiana       | 15                       |
| 13ª RGA – Sede: Pombal          | 9                        |
| 14ª RGA – Sede: Mamanguape      | 12                       |
| <b>Total</b>                    | <b>223</b>               |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ideme (2011).

A formação paisagística de Guarabira é composta por colinas, morros semimamelonizados, serras e cristas, com declividade de 20% a 45%, expressando relevo forte ondulado, coberto, predominantemente pela vegetação subcaducifólica. Suas vertentes têm o formato côncavo-convexo, que avançam formando os primeiros contrafortes orientais da Borborema; a porção sul faz parte da chamada depressão sublitorânea que se inicia logo após a cidade de Mari, ao sul de Guarabira (PROJETO RADAMBRASIL, 1981 apud ARRUDA, p. 18).

As condições de transição entre o Planalto da Borborema e o Litoral Paraibano expressam curvas de nível que variam de 70 a 370 m, condições climáticas e hidrológicas com período chuvoso entre o outono e inverno, temperaturas que variam de 20°C a 36°C, média anual de 27°C, umidade relativa do ar de 78% e pluviosidade média de 1.000 mm/ano, que permitem apenas uma drenagem intermitente (CPRM, 2005).

De acordo com dados do IBGE (2013), o território compreendido entre o litoral e o lugar onde é o atual município foi percorrido pelos franceses que, aliando-se aos índios potiguaras, passaram a explorar a região em busca de ouro que supunham existir na Serra da Capaoba, hoje Serra da Raiz. O desbravamento encontrou obstáculos nos combates entre os índios aliados aos franceses de um lado, e do outro, os portugueses colonizadores da capitania, levando o governador Feliciano Coelho de Carvalho, 1592, à expulsá-los. Por volta de 1641, holandeses também ali estiveram à busca do ouro durante curto período, por serem infrutíferas as pesquisas, retornaram ao seu ponto de partida. José Gonçalves da Costa Beiriz, português oriundo da pequena cidade de Beiriz é considerado o fundador do município.

Chegando em 1775, adquiriu terras, fundou engenho de cana de açúcar e fixou-se com a família, dando origem ao povoamento.

## 1.2 ENCAMINHAMENTOS CONCEITUAIS

Espaço é um conceito muito discutido na Geografia. Tal categoria possui definição ampla e complexa. Diferentes categorias geográficas estão ligadas, assim como interligadas, à concepção de espaço. No espaço geográfico, é bastante relevante a base material em que a sociedade humana se desenvolve, sendo o resultado de um processo onde o homem, a produção e o tempo exercem o papel essencial (SANTOS, 2002). Contudo, o espaço geográfico pode ser adjetivado a partir das ações humanas que o apropriam, é o que acontece com a expressão “espaço urbano”, sendo o resultado das aglomerações e das atividades humanas nas cidades, que absorvem todo o avanço e o progresso histórico da humanidade. Assim, adotou-se o conceito de espaço para interpretar a organização do município de Guarabira.

A cidade, concretização da ação da urbanização, onde a concepção é propagada, de forma genérica, pelo agrupamento de pessoas, suas edificações e as ações intuídas e desenvolvidas numa determinada localidade, pode ser vista com uma ação humana não contemporânea. Acredita-se que embora sua origem não apresente data claramente definida, sua estruturação, morfologia e funcionalidade variaram consideravelmente ao longo do tempo e em diferentes espaços, ainda que inúmeros estudiosos considerem a urbanização um produto da era moderna.

A cidade da modernidade revela-se, isto é notório, como resultado material da superação das relações feudais pelas mercantis e capitalistas de produção no mundo ocidental (MENDONÇA; MONTEIRO, 2003).

O espaço é construído em função de um tempo e de uma lógica que impõe comportamentos e modos, tempo e duração do uso (CARLOS, 2007, p. 19). Santos (1996) o conceitua como um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e ações, que resulta em um quadro único na qual a história acontece.

Carlos (2007, p. 11) ajuda a pensar sobre a coexistência entre o processo de acumulação e a criação de novos espaços:

É no plano do lugar que é possível, por exemplo, compreender a racionalidade homogeneizante inerente ao processo de acumulação, que não se realiza apenas a partir da produção de objetos e mercadorias, mas liga-se cada vez mais à produção de um novo espaço, de uma nova divisão e organização do trabalho, além de produzir modelos de comportamento que induzem ao consumo e norteiam a vida cotidiana.

Na produção do espaço enquanto mercadoria, as práticas de produção e reprodução atrelam-se ao valor de troca. De acordo com Moraes (1984, p. 159), o espaço é uma condição geral de existência e produção da sociedade, portanto, intrínseca à condição humana, porém inserida no modelo da ótica do capital, a qual a política é diretamente tributária.

O papel do Estado é de fundamental importância no processo de produção do espaço, principalmente a partir das práticas atreladas ao desenvolvimento local – indo desde políticas públicas até os investimentos e melhorias pontuais na infraestrutura da localidade. Diante desse processo, tem-se posta a dualidade entre interesses econômicos e a importância das políticas públicas enquanto fomentadores da produção econômica do espaço.

O turismo, tal como outras atividades – e concorrendo com elas –, introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade turística. Além disso, objetos preexistentes em dado espaço podem ser igualmente absorvidos pelo e para o turismo, tendo seu significado alterado para atender a uma nova demanda de uso, a demanda de uso turístico (CRUZ, 2003, p. 12). No caso do Frei Damião construíram o objeto material a partir da apropriação ou invenção de um mito religioso.

Nesse sentido, a análise quanto à produção espaço passa a ter uma ligação tênue à perspectiva de valorização do mesmo. Para Moraes (2005), “a valorização do espaço não é fruto de determinações econômicas”, o processo de valorização do espaço é mutável, ou seja, se modifica de acordo com as demandas existentes.

É, antes, o criador de meios necessários para influenciar os processos econômicos, qualidades muitas vezes mais subordinadas as condições políticas do que econômicas especificamente. Sendo assim, os processos que vêm a colaborar com a produção do espaço passam a corroborar com as práticas para valorização do mesmo.

Ainda nessa ótica, Santos (2002) afirma que “[...] o espaço é a acumulação desigual de tempos”, chegando o referido autor a avaliar a construção do espaço como uma simbiose dos elementos que intervêm em sua composição.

Para tanto, avalia-se a necessidade de entendimento do espaço a partir de um olhar mais profundo e crítico, de modo a “descortinar” as expressões espaciais existentes – quer sejam elas marcas naturais, do homem e temporais.

Na prática, as faces existentes do espaço são, também, materializações de fetiches, conseqüências históricas de alterações e modificações das “naturezas existentes”. Obviamente, nesse processo de alteração e remodelação da natureza a ação humana é essencial. Acredita-se que aí esteja a ideia de natureza do espaço.

De acordo com Cruz (2003, p.11),

Diferentes fatores concorrem, com intensidades e ritmos temporal e espacialmente diferenciados, para a produção do espaço. [...] Dessa forma, toda análise – que se pretenda consistente – sobre a participação do turismo na produção do espaço geográfico, deve considerar o conjunto de relações em que se desenvolve a atividade, bem como suas dimensões global e local. O turismo representa apenas uma parte de um imenso jogo de relações.

A natureza do espaço, portanto, corrobora com as intervenções que o homem desenvolve no meio. Tem-se que é preciso entender as singularidades que o Espaço enquanto conceito geográfico assumiu ao longo do tempo. Ao discutir tal conceito, conclui-se que seu entendimento está associado à questão política, à dinâmica do Estado, da estrutura cultural, dentre outros fatores. Porém, na atual conjuntura de mundo globalizado, o espaço, enquanto conceito, ganha expressividade frente à ótica da economia capitalista, em que as práticas existentes quanto às alterações desse espaço do vivido e do consumido se vinculam muitas vezes às manobras políticas.

Tais intervenções também podem ser percebidas no desenvolvimento das práticas turísticas. Assim como aponta Barreto (2000), ao se analisar o turismo segundo o critério da motivação do seu acontecer, aparece uma quase infinita variedade de possibilidades, que podem ser agrupadas em duas grandes divisões: o turismo motivado pela busca de atrativos naturais e o turismo motivado pela busca de atrativos culturais.

### **1.3 TURISMO, IMPACTOS ECONÔMICOS E PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

Para muitos pesquisadores o turismo é uma expressão de lazer, uma circulação, um deslocamento peculiar que surgiu no século XIX, embora suas raízes possam ser identificadas no século XVIII (BOYER, 2003). Entretanto não pode ser reduzido, enquanto fenômeno, a outros aspectos sociais, como a viagem (OMENA, 1989), mas sim analisado em suas interfaces e entrecruzamentos com aspectos da vida social, entre eles a religiosidade.

Na definição oficial, segundo a Conferência Mundial de Roma, realizada no ano de 1960, o turismo religioso é compreendido como uma atividade que movimenta peregrinos em viagens pelos mistérios da fé ou da devoção a algum santo (SILVEIRA, 2004). Visto de forma ampla, o turismo religioso é uma forma de turismo cultural.

A afinidade entre turismo e cultura deve ser vista como ponto inicial para uma análise sobre o campo do turismo cultural (e religioso). Turismo é um veículo de intercâmbio cultural entre pessoas e grupos humanos, entre “nós” e “outros”; um jogo de espelhos entre uns e outros, umas vezes atuando como espelho côncavo, pelo que nos magnifica, e outras como convexo, pelo que nos minora (PEREZ, 2009). Dessa forma, pode-se afirmar que o turismo é um encontro entre culturas e sistemas sociais que provoca mudanças (SMITH, 1992 apud PEREZ, 2009, p. 10).

De acordo com Andrade (2001), a classificação da atividade turística em geral é dada segundo sua modalidade e tipo, conforme Quadros 1, 2 e 3 abaixo:

#### **Quadro 1 – Classificação do turismo**

| <b>Classificação</b> | <b>Descrição</b>   |
|----------------------|--|
| Interno              | Conjunto de atividades especializadas de natureza turística que os habitantes de um país usufruem sem deixar o território nacional.  |
| Externo              | Conjunto de atividades turísticas além do território do país de residência do turista, onde temporariamente são consumidos bens e serviços.  |
| Receptivo            | Turismo interno e externo, diz respeito ao núcleo emissor de turistas, porém, quando o núcleo emissor é um país estrangeiro, o país que acolhe o visitante é chamado de receptivo. |
| Intermediário        | Manifesta-se de forma sistemática e permanente nos logradouros existentes entre polos emissores e receptores.  |
| Quantitativo         | Trata o turismo em suas dimensões numéricas, quantitativas ou volumétricas.  |

**Fonte:** Adaptado de Andrade (2001).

#### **Quadro 2 – Classificação do turismo quanto à modalidade**

| <b>Classificação</b> | <b>Descrição</b>   |
|----------------------|--|
| De férias            | As férias configuram como garantia de um turismo intensivo, devido a sequência de dias disponíveis ao lazer e ao repouso. Constituem-se num dos pontos mais altos da lucratividade turística.        |
| Cultural             | Abrange as atividades que se efetuam através de deslocamentos para a satisfação de objetivos com relação a emoções artísticas, científicas, de formação e de informação nos vários ramos existentes. |
| De negócios          | É o conjunto de atividades de viagem, hospedagem, alimentação e lazer praticado por aquele que viaja a negócios referentes tanto a atividades comerciais como industriais.                           |
| Desportivo           | Referem-se a todas as atividades de viagens com vistas a participação em   |

|           |  |
|-----------|--|
|           | eventos desportivos, no país ou no exterior.   |
| De saúde  | Também conhecido como turismo terapêutico ou de tratamento, refere-se ao conjunto de atividades turísticas que as pessoas exercem para adquirir boa saúde física e psíquica. |
| Religioso | Conjunto de atividades que envolvem a realização de visitas a receptivos que expressam sentimentos místicos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade aos crentes.          |

**Fonte:** Adaptado de Andrade (2001).

### **Quadro 3 – Classificação do turismo quanto ao tipo**

| <b>Classificação</b> | <b>Descrição</b>   |
|----------------------|--|
| Individual           | Também conhecido como turismo particular ou autofinanciado, refere-se ao conjunto de atividades necessárias ao planejamento e execução de viagens, sem o intermédio de agências de viagem ou entidades turísticas.   |
| Organizado           | É o conjunto de atividades turísticas programado, administrado e executado por agências de turismo, associações, entidades de classe, clubes ou outra organização envolvendo um grupo de pessoas.  |
| Social               | Um tipo de turismo organizado para pessoas de camadas sociais cujas rendas, sem a ajuda de terceiros, não lhes permitiriam a programação de viagens. Geralmente, diz respeito a colônias de férias de associações, de entidades de classe, de empresas ou albergues que funcionam com recursos governamentais ou fundos especiais. |
| Intensivo            | Refere-se ao conjunto de programas turísticos em que as pessoas permanecem hospedadas num único local, mesmo que efetuem excursões e passeios a outros locais.   |
| Extensivo            | Refere-se à hospedagem e ao conjunto de atividades em um mesmo núcleo, com a duração de pelo menos três semanas, excluindo as excursões e passeios a outros receptivos.  |
| Itinerante           | Envolve uma série de permanências em lugares diversos, ou seja, compõe-se de visitas ao maior número possível de núcleos receptivos, em uma única viagem, com estada curta nos locais visitados.   |

**Fonte:** Adaptado de Andrade (2001).

Essa classificação visa atender ao tipo de ocupação e ao tipo da atividade desenvolvida enquanto atividade turística, permitindo que as distintas modalidades de condições e ocupações oriundas da atividade turística venham a ser classificadas. Quanto ao turismo religioso, uma das bases da pesquisa, o Dicionário Aurélio informa que a religião é a crença na existência de uma força sobrenatural (FERREIRA, 2004).

De acordo com Steil (1998), o significado de turismo religioso é bem preciso: pode se falar em turismo religioso quando o sagrado migra como estrutura de percepção para o cotidiano, para as atividades festivas, o consumo, o lazer, quando, enfim, os turistas passam a

viver eventos, como os Natais, não mais vinculados à tradição cristã e ao que ela prescreve, mas como uma experiência inusitada, espiritual e consumista ao mesmo tempo.

O termo turismo religioso, datado da década de 1960, tem alcançado um enorme uso por parte de vários setores ligados ao pensamento acadêmico sobre o turismo, dos empresários do setor, da própria Igreja Católica (MONTEIRO, 2003 apud SILVEIRA, 2004, p. 2). Mas o termo é usado de forma acrítica e se confunde com outros termos, como: romaria, vigília, peregrinação etc.

O turismo pode ser interpretado como um fenômeno de ação coletiva. O turismo cultural é um tipo de turismo que se vincula ao conhecimento das formas de como vive a sociedade, onde a cultura representa as marcas de um povo que vem a caracterizar uma coletividade.

Neste sentido, a prática do turismo cultural pode estar ligada a diversas manifestações, tais como: sítios arqueológicos, museus, eventos culturais vistos como tradicionais de certas culturas, indústria artesanal, gastronomia, forma de vida e trabalho, parques temáticos, destinos e eventos religiosos e, por último, as atividades desportivas. A prática do turismo cultural vincula-se, portanto, ao conhecimento e aprendizado de outras culturas.

Segundo Cruz (2003, p. 13),

Do uso determinante de pelo turismo decorrem tipos (e intensidades) diferentes de fluxos (de capitais, de informações, de pessoas etc.) que passam a existir nesse local. Esses fluxos são tendencialmente, determinados fora do lugar, pelas pontes estabelecidas entre o local e o global. Dois fatores principais condicionam a eleição de determinado espaço para o uso turístico: sua valorização (cultural) pela prática social do turismo e divisão social e territorial do trabalho.

Metaforicamente falando, percebe-se que, quando feita de uma forma errônea, a abertura do patrimônio cultural para o turismo pode ser comparada como trazendo o “*Cavalo de Troia*”. Tal comparação expõe sentido quando feita uma reflexão de que a roupagem intuída ao turismo moderno por vezes reflete apenas os benefícios trazidos por tal prática, com os ganhos para a localidade e a população receptora frente aos investimentos e melhorias significativas oriundas, e muitas vezes necessárias, para a manutenção de tal prática.

Porém, ainda na ótica da metáfora apresentada, alguns gestores e comunidades receptoras demonstram-se relativamente ingênuos em acreditar que, com a prática turística, os “bárbaros” que estão dentro do Cavalo não possam ser culpados por arruinar a cultura da cidade receptora. Fato é que, para muitos gestores e cidades-foco de atração turística, o consenso parece claro – a relação existente é de antítese, em que os mesmos “bárbaros” que

podem arruinar a cultura de um local são os próprios a darem sustentação à preservação cultural, afinal eles são fonte de renda.

Um grande desafio para as cidades receptoras é garantir a qualidade da programação cultural determinada pela atratividade do produto turístico cultural, o qual, por sua vez, deve manter o ritmo de modo a permitir a aliança entre os interesses dos turistas aos da população local.

Agentes políticos difundem a expressão “turismo religioso” com enorme facilidade. Em um trecho do sítio oficial do Governo da Paraíba (2003) lê-se que,

O governo do estado quer primeiro consolidar a vinda de turistas para a capital [...]. O ecoturismo e o turismo religioso estão dentro deste projeto, que começará pela capital e se desenvolverá por cidades do Brejo e do Sertão. Os caminhos do padre Ibiapina já vêm sendo discutidos com a Igreja: deve começar por Guarabira, onde existe uma grande estátua de Frei Damião, até chegar ao Santuário de Padre Ibiapina, em Santa Fé de Arara.

De fato as manifestações culturais e religiosas geram uma atração por turistas que procuram satisfazer desejos em conhecer novas culturas, assim como a prática do lazer, porém não atraem apenas turistas – atraem também os romeiros e fiéis que circulam pelas mesmas manifestações de cultura buscando satisfazer manifestações de cunho espiritual.

O comércio de “valores e símbolos religiosos, considerados como bens que expressam a revelação do sagrado” (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003, p. 189), tem se tornado parte de uma realidade de interfaces entre o sagrado e o profano, gerando uma variedade de impactos econômicos, conforme elenca Lages e Milone (1996, p. 91):

- a) Impactos diretos: o total de renda criada nos setores turísticos como resultante direto da variação dos gastos com esses produtos.
- b) Impactos indiretos: o total de renda criada pelos gastos dos setores do turismo em bens e serviços produzidos e ofertados na economia.
- c) Impactos induzidos: à medida que os níveis de renda aumentam em toda a economia, como resultado dos impactos diretos e indiretos das variações dos gastos turísticos, parte dessa renda adicional será gasta em bens e serviços produzidos internamente.

É comum os espaços serem idealizados e notados a partir da função que possuem, função esta que pode ser percebida como uma função criada, muitas vezes com características

que podem ser estranhas ao lugar, que mais se vinculam à lógica do capital em si do que com a lógica da realidade local. A prática da atividade turística pode estar vinculada a uma gama de impactos econômicos que passam a ocorrer a partir dessa atividade.

É natural que muitos governos de regiões em processo de desenvolvimento ou em busca de se desenvolver adotem postura otimista com relação ao papel que o turismo possa vir a desempenhar. “Levam a cabo programas dinâmicos de investimentos para fomentar o turismo e dão a este prioridade máxima em seus esquemas de desenvolvimento” (INAGARRA, 2003, p. 31).

Na ótica da produção capitalista do espaço deve-se ter em mente que a existência da necessidade por desenvolvimento econômico de um município atrela-se a interesses políticos. Em tais casos pode haver um descuido de investimentos nas necessidades mais importantes para o local, quais sejam: educação, saúde, transporte e outros itens do bem estar social da população. Para tanto, essa atividade deve se mostrar como uma alternativa de desenvolvimento viável, capaz de agregar ações das diversas áreas, abrir novas frentes de trabalho e gerar renda. Segundo Lages e Milone (1996), explorar as interfaces da gestão urbana com outras questões prioritárias a serem enfrentadas é singular, mesmo porque muitas delas extrapolam os limites da administração local.

Com relação ao exposto, entende-se, assim como afirmou Santos (1996), que “[...] o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade [...]”, onde muitas das práticas que vêm a ser desenvolvidas estão impregnadas de interesses distantes da realidade local.

Ainda nesse sentido, acredita-se que a “magnitude” do espaço demonstra-se marcada pela história. Tendo em vista a visão adotada, o espaço é econômico, político, social e simbólico, alterando-se em virtude das funções e sentidos postos. Uma vez que a esfera econômica evolui não obstante a esfera da política, as intenções do planejamento político devem atender às demandas existentes nas localidades, e que não seja apenas uma ânsia política e/ou religiosa, mas que materialize uma real necessidade local.

## **CAPÍTULO 2**

### **TURISMO RELIGIOSO EM GUARABIRA**

## **2 TURISMO RELIGIOSO EM GUARABIRA**

### **2.1 FREI DAMIÃO E ASSOCIAÇÕES SIMBÓLICAS DE OBJETOS MATERIAIS**

Nascido em 5 de novembro de 1898 em uma região do norte italiano, na cidade de Massarosa, Frei Damiano recebeu de batismo o nome de Pio Giannotti. Morador do vilarejo Bozzano, fruto do casal Félix e Maria Giannotti, recebeu uma educação fundamentada nos preceitos do Catolicismo Apostólico Romano. Teve 5 irmãos, o mais velho chegou ao posto de monsenhor e uma irmã foi freira. Ainda em sua infância Frei Damiano apresentava um comportamento diferente, constantemente se isolava da família para refletir e rezar junto a algum crucifixo. Esse hábito o acompanhou em sua trajetória religiosa (MOURA, 1978).

Na Escola Seráfica de Camigliano iniciou seus estudos religiosos. Em 1914 ingressou na Ordem dos Capuchinhos no Convento de Vila Basílica. Em meio a esses eventos, foi convocado para prestar o serviço militar, participando como soldado na Primeira Guerra Mundial. Retornando à vida religiosa, estudou na Universidade Gregoriana de Roma, onde recebeu título em Filosofia, Direito Canônico e Teologia Dogmática (OLIVEIRA, 1997).

Segundo Moura (1978), sua vida sacerdotal teve início aos seus 25 anos, quando ocupou o cargo de vice-mestre de noviços do Convento de Vila. Em seguida, desempenhou as funções de professor e diretor. Aos 33 anos Frei Damiano de Bozzano foi enviado como missionário ao Brasil, vinculando-se ao Convento da Penha, em Recife-PE. Sua prática missionária possuía caráter móvel, pois pregava os ensinamentos da fé católica em todos os estados do Nordeste brasileiro.

De cidade em cidade era recebido por pessoas e famílias das mais simples às mais ricas, pregando a fé, colhendo confissões e realizando seus aconselhamentos. Geralmente era recebido com festas por onde passava. Esse fato o fez se constituir em uma das mais influentes personalidades religiosas da região. Sua prática religiosa lhe possibilitou influenciar em outras instâncias sociais, como a política. Seus posicionamentos sobre questões polêmicas, como os movimentos sociais e a Reforma Agrária, por exemplo, provocaram algumas críticas por parte de estratos superiores da Igreja Católica.

De acordo com Cruz (2010), com o advento do Concílio Vaticano II, a aproximação da Igreja Católica com a causa dos movimentos sociais era um dos imperativos impostos aos partícipes da legião católica. As estreitas relações tecidas com muitos donos de terras e líderes

políticos nortearam o comportamento do Frei em torno dessa questão. O religioso possuía um posicionamento crítico, em suas pregações, em relação aos ditos movimentos sociais (como as Ligas Camponesas). Ele os associava, segundo o referido autor, a comunistas e a serem descrentes à fé católica. Esse fato constituiu uma das mais importantes críticas endereçadas ao Frei por parte de representantes dos citados movimentos sociais e de líderes da própria igreja, que enxergavam certo agenciamento político.

Durante a pesquisa documental realizada na Catedral de Nossa Senhora da Luz (2011), foi encontrado o Livro de Tombo, que traduz os acontecimentos religiosos do município de Guarabira. Nesse livro são relatados os primeiros momentos, desde as primeiras romarias até a construção do memorial, e que no dia 4 de junho de 2000 foi realizada a primeira romaria para o Memorial Frei Damião.

De acordo com o Monsenhor Nicodemos, era grande a expectativa, pois se tratava do primeiro evento de grande porte para o local da construção do memorial:

Pela primeira vez o público estava sendo convocado para presenciar o início das obras e para dar publicamente uma demonstração de apoio a esse projeto que terá uma importância muito grande para nossa cidade e para nossa diocese. Para nossa alegria, essa primeira romaria, realizada em 4 de junho, nos surpreendeu em número de pessoas que participaram desse evento. Segundo cálculo da Polícia Militar, que estava cuidando da segurança da romaria, 10 mil pessoas participaram, se fizeram presentes nessa romaria, que teve início às 14 horas, saindo da frente da catedral, em pleno sol e calor. Era uma multidão que estava concentrada na praça, gente de Guarabira e de muitas cidades de várias regiões da Paraíba. Fiquei impressionado com o carinho com que o povo atendeu o convite feito pelas rádios e nos horários das missas. Eram centenas de ônibus que chegavam de todos os lugares, cidades e sítios. Mesmo com as dificuldades do acesso ao local da obra, o povo não viu isso como obstáculo. Apenas foi feita uma estrada de terra usando uma máquina para torná-la mais larga e facilitar a passagem do povo. No futuro teremos um acesso adequado para chegar ao santuário, com calçamento e iluminação. Por enquanto subiremos em meio à poeira e o entusiasmo de ver esse sonho realizado (CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DA LUZ, 2011).

Uma interpretação diferente encontra-se na fala de Luis Perscarmona (2012), um dos padres da Diocese de Guarabira:

Esta cidade foi meta de missões de Frei Damião como qualquer outra cidade do Nordeste. A cidade de Guarabira não era a mais importante, pelo contrário, era igual a qualquer outra cidade por onde as missões do frei já haviam passado. Porém, em 1995, a convite do Monsenhor Nicodemos, houve uma grande missão em Guarabira. Havia mais de 20 anos que Frei Damião não retornava à cidade, o que permitiu a missão ser uma das mais concentradas já vistas na região.

A partir da entrevista com Perscarmona, percebe-se que, de fato, o que veio a influenciar a construção do memorial foi o sucesso da missão e a grande concentração de pessoas que expressaram sua fé e carinho por Frei Damião, sendo, portanto, esse o ponto de partida que permitiu a posterior idealização da construção do monumento em sua homenagem, e que veio ganhar mais força após sua morte em 1997. Contudo, o que expressa a fala do entrevistado é que a relação de Frei Damião com o município de Guarabira resultou em uma tradição inventada depois de 1995.

A Figura 1 evidencia os romeiros em dia de visita de Frei Damião.

**Figura 1 – Romeiros em dia de visita de Frei Damião em Guarabira, março de 1995.**



**Fonte:** Acervo da Catedral de Nossa Senhora da Luz (2011).

As romarias ao memorial começaram em junho de 2000, quando a Paróquia de Nossa Senhora da Luz promoveu a 1ª Romaria de Frei Damião. A caminhada teve início na catedral, coordenada por Monsenhor Nicodemos. Cada participante levou um tijolo como símbolo da sua contribuição para a construção do memorial.

Segundo o Monsenhor Nicodemos,

O motivo para a construção do Memorial Frei Damião em Guarabira foi a fé, a devoção e o carinho que o povo da região tinha por Frei Damião. É lembrado que o mesmo, em julho de 1995, realizou uma de suas maiores missões, chegando a reunir uma multidão de mais de 80 mil pessoas, segundo cálculo feito pela Polícia Militar. Todos ficaram impressionados com a reunião de tantas pessoas movidas pela fé. Este memorial vem com o desejo de fazer perpetuar essa devoção que o povo tem

para com um homem que, segundo a Igreja Católica, faleceu com fama de santidade, por ter tido uma vida toda voltada para Deus (CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DA LUZ, 2011).

De acordo com o Livro de Tombo da Catedral de Nossa Senhora da Luz (2011), definido o local do memorial, as obras tiveram início com a limpeza do terreno, terraplanagem, sondagem e construção da fundação, prosseguindo com o levantamento de toda ferragem, a colocação dos moldes de gesso e, finalmente, a concretagem, subindo aos poucos a estátua no alto da Serra da Jurema.

Ainda segundo o Livro de Tombo da Catedral de Nossa Senhora da Luz (2011), durante a construção do memorial registraram-se as primeiras romarias, que levaram multidões ao local para pagamento de promessas, conforme Figura 2. Muitos devotos foram depositar a fé cristã no local onde estava sendo construída a estátua de Frei Damião, numa prova de fervorosa devoção do povo ao missionário capuchinho.

**Figura 2 – Romaria durante a construção do Memorial Frei Damião, fevereiro de 2001.**



**Fonte:** Acervo da Catedral de Nossa Senhora da Luz (2011).

De acordo com pesquisa realizada no acervo da Catedral de Guarabira, foi identificado que o memorial foi construído com recursos financeiros da Prefeitura Municipal de Guarabira,

apoiada pela Embratur e pelo Governo do Estado da Paraíba, destinada à construção do novo acesso ao Sítio Mata Limpa, na Serra da Jurema. A Paróquia de Nossa Senhora da Luz, na pessoa do Monsenhor Nicodemos, com a sensibilização junto à comunidade na divulgação do projeto, desde o início recebeu adesão dos fiéis de Frei Damião.

Ainda de acordo com o acervo da Catedral de Guarabira, a estátua de Frei Damião de Bozzano foi projetada e construída pelo arquiteto, escultor e artista plástico pernambucano Alexandre Azedo Lacerda, e todo o cálculo estrutural para erguê-la foi realizado pelo engenheiro calculista Argemiro Franca. Em 2000 foram iniciados os trabalhos e estudos para se edificar, em concreto armado, que de acordo com dados da Catedral seria construída a segunda maior estátua do País<sup>3</sup>, medindo, somando à base, 32 metros de altura e pesa 750 toneladas. A Figura 3 mostra a estátua na fase final de construção do memorial.

**Figura 3 – Memorial Frei Damião em sua fase final de construção, abril de 2008.**



**Fonte:** Elaboração própria (2008).

Formado em arquitetura pela Universidade Federal de Pernambuco, Alexandre Azedo, ganhou experiência nas construções religiosas, construindo, também, o Cristo Redentor da cidade de Itaporanga-PB.

Seguem alguns relatos encontrados no acervo do Memorial de Frei Damião:

---

<sup>3</sup> A maior estátua do Brasil é a do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro.

Frei Damião merecia uma grande homenagem, um marco que servisse para reunir os seus seguidores, o povo que sempre gostou dele (Monsenhor Nicodemos).

O projeto de criação do Parque Memorial Frei Damião nasceu do desejo de vários segmentos da comunidade guarabirense de reverenciar a memória do querido Frei Damião, o frei capuchinho evangelizador do Nordeste. Esta obra, pelo que ela representa, como testemunho de fé, é a homenagem maior do povo àquele que dedicou sua vida a pregar a palavra de Deus (Léa Toscano, ex-prefeita de Guarabira).

A escolha do local onde foi erguida estátua de Frei Damião foi escolhido pelo próprio escultor. A estátua foi erguida no monte mais alto nas cercanias de Guarabira. Para se chegar ao local, os fiéis passariam pelo “Cruzeiro”, que já é um ponto de referência para os cristãos da região. Todo o acesso seria urbanizado pela prefeitura municipal.

O Memorial Frei Damião foi edificado estrategicamente no ponto mais elevado da cidade de Guarabira, possibilitando que, num raio de muitos quilômetros de distância, as pessoas possam apreciar a estátua do Capuchinho Frei Damião. (Deputado estadual Zenóbio Toscano).

#### **Quadro 4 – Características do Memorial Frei Damião**

|  |                          |
|--|--------------------------|
| Altura da estátua                          | 22,00 m                  |
| Altura do pedestal                         | 12,00 m                  |
| Peso da estátua                            | 750,00 toneladas         |
| Volume de concreto                         | 436,00 m <sup>3</sup>    |
| Diâmetro da cabeça                         | 3,00 m                   |
| Dimensões do olho                          | 0,40 m x 0,28 m          |
| Extensão da boca                           | 0,84 m                   |
| Altura da testa                            | 0,84 m                   |
| Altura do terço do cordão de São Francisco | 9,80 m                   |
| Escultor/arquiteto                         | Alexandre Azedo Lacerda  |
| Engenheiro calculista                      | Argemiro Brito da Franca |
| Mestre de obras                            | Moisés Lins de Oliveira  |
| Secretário de infraestrutura               | Marcos Diogo de Lima     |
| Prefeita                                   | Léa Toscano              |
| Início das obras                           | 23/03/2000               |
| Inauguração                                | 19/12/2004               |

**Fonte:** Acervo do Memorial Frei Damião (2004)

De acordo com o acervo do Memorial de Frei Damião (2013), o memorial foi construído com recursos financeiros da Prefeitura de Guarabira, na administração de Léa Toscano, apoiada pela Embratur, através de emenda parlamentar do senador Ronaldo Cunha Lima, destinada à construção do novo acesso a um sítio, na Serra da Jurema, e do Governo do Estado da Paraíba, na administração Cássio Cunha Lima.

A Paróquia de Nossa Senhora da Luz, na pessoa do Monsenhor Nicodemos, e a rádio Constelação FM, de Guarabira, participaram de campanhas de sensibilização junto à

comunidade, divulgando o projeto, que, desde o início, recebeu a adesão dos fiéis de Frei Damião, com doações dos religiosos.

O projeto do memorial foi articulado pelo deputado Zenóbio Toscano, que, como engenheiro, ajudou voluntariamente na fiscalização da obra, definida por ele como “um momento à fé e devoção em Frei Damião”.

## 2.2 MEMORIAL FREI DAMIÃO E “DAMIANIZAÇÃO” DE GUARABIRA

Segundo Perscarmona (2012):

Durante as pregações de Frei Damião, houve uma resistência por parte de Dom Marcelo, bispo da Diocese de Guarabira na época, que não permitiu que Frei Damião viesse aqui no Brejo, porque a pregação dele era muito interessante, mas era do pré-concílio. Então nós estávamos aqui numa luta grande, organizando o povo para lutar pela terra, e ele atrapalharia. Então, Dom Marcelo não aceitava a vinda dele, não por causa da pessoa dele, porque ele foi uma pessoa que pregava muito, que tinha muita fé, mas aqui atrapalharia a linha da diocese. Ele viria para cá com as missões, então vinha com aquela pregação contra as prostitutas, etc.

Ainda de acordo Perscarmona (2012), havia a disseminação da ideia de que Frei Damião era usado pelos políticos:

Se um prefeito fosse amigo de Frei Damião, tinha muitos votos, se fosse contra, tinha poucos votos. Então a diocese não o convidou. Quando chegou a hora de Dom Marcelo sair da diocese, um padre (Monsenhor Nicodemos), como uma vingança, chamou Frei Damião para uma missão aqui. E foi enorme. Daí em diante ele, que é muito político, se aliou com o prefeito, com o governo, com os políticos e encampou essa ideia de monumento aqui. **Então Frei Damião não tem uma história aqui, foi uma criação turística.**

A fé é posta à prova, não à prova enquanto crença, porém posta à prova enquanto interesses de ciclos de influência. A partir da fala de Perscarmona, evidencia-se o fato da resistência dentro da própria Igreja Católica. Enquanto alguns têm a reflexão do uso da imagem e Frei Damião enquanto manipulação e estratégia política, outros demonstram querer se apropriar de tal imagem. Fica clara a resistência à construção do Memorial Frei Damião, pois a expectativa dos católicos é pela beatificação do religioso italiano radicado em Pernambuco, já considerado santo pelo povo. Os fiéis rendem diariamente homenagens ao Apóstolo do Nordeste – como Frei Damião ficou conhecido, na cidade de Guarabira. Em

entrevista o padre relata que não gosta de falar sobre a construção do memorial: “Eu não gosto de falar sobre isso, porque eu e o padre que fez isso tivemos uns atritos” (PERSCARMONA, 2012).

O Padre Luis Perscarmona, em entrevista concedida a Mitidiero (2006), chega a afirmar que a construção do memorial em Guarabira representa uma “*damianização*”, processo visto como algo que não representa uma evangelização, mas sim um uso da imagem do frei em algo que não representa a magnitude de sua representatividade. Algo que foge aos preceitos da Igreja Católica e colabora com as práticas capitalistas de mercado. Segundo o padre, não foram todos os grupos da pastoral que apoiaram a ideia de construção do memorial.

De fato, “damianizar” parece ser um neologismo que todos já passam a ver como verbo em Guarabira, adentrando nessa reflexão, acredita-se que seja um verbo que muitos já demonstram saber conjugar.

As Figuras 4, 5, 6 e 7 representam exemplos da “damianização” posta por Perscamona percebida na cidade:

**Figura 4 – Posto Frei Damião, janeiro de 2011.**



**Fonte:** Elaboração própria (2011).

**Figura 5 – Auto Escola Frei Damião, janeiro de 2011.**



Fonte: Elaboração própria (2011).

A “damianização” posta por Perscarmona pode ser vista por toda a cidade de Guarabira. Poetas populares lançaram folhetos de cordel, dando a versão que assimilaram sobre o frei, que já foi comparado a Jesus, ao papa, ao Padre Cícero e acabou virando até “garoto propaganda” de produtos de empresas, como o vinho tinto suave Frei Damião.

**Figura 6 – Reboque Frei Damião, janeiro de 2011.**



Fonte: Elaboração própria (2011).

**Figura 7 – Casa dos Fotógrafos, em propaganda usando a imagem do Frei Damião, janeiro de 2011.**



Fonte: Elaboração própria (2011).

A construção do Memorial Frei Damião influenciou a economia local, a popularidade do frei alcançou o comércio de produtos variados. Em Guarabira produz-se o biscoito e o feijão Frei Damião. Foi inaugurado um posto de gasolina (o qual fornece gás natural para a região) com o nome Posto Frei Damião. Também, em menos de dois anos da inauguração do memorial, estabeleceu-se uma autoescola na cidade, de nome Auto Escola Frei Damião. Sem deixar de indicar a Casa dos Fotógrafos, que liga o nome do frei à sua empresa, exibindo um enorme *outdoor* na entrada da cidade com sua logomarca e uma gigantesca foto do frei.

Durante entrevista realizada com a população local, especificamente com os idosos, como forma de resgatar a memória, fica clara a identidade que alguns têm com a prática percebida e vivida no município em questão. Seguem algumas falas da população:

[...] sempre fui católico apostólico romano, sempre segui as doutrinas de igreja. Para mim Frei Damião sempre foi santo, a construção da estátua em Guarabira foi uma bênção, porque todo dia posso olhar para o frei e dar bom dia e fazer as minhas preces, para abençoar minha casa e minha família, porque a cidade ele já abençoa. (Sr. Francisco da Chagas Almeida, 78 anos)

Depois da construção do memorial em Guarabira a cidade virou uma bênção. Todo ano vou para a romaria do meu padim Frei Damião. Neste ano, fui agradecer por meu filho ter comprado a casa própria. (Sra. Maria de Lourdes Cardoso, 69 anos)

Na fala de Perscarmona (2012), quando se constrói um símbolo como a estátua de Frei Damião, lembra a figura deste, sua amplitude e relevância para a fé católica. Porém, na perspectiva da fé, quando se espalha e pulveriza se desintegra a importância do memorial; “não é que aumente a coisa, torna-se tudo igual, se vulgariza”.

Assim como na igreja, a população local também expressa divergências quanto às práticas desenvolvidas em Guarabira. As declarações ora encaminhadas demonstram que, por mais que alguns aceitem e de fato tenham criado identidade com as práticas desenvolvidas no município, mesmo assim, alguns acreditam que os dispêndios gerados com a construção do memorial poderiam ter sido mais bem gastos com investimento em infraestrutura básica para a população menos favorecida.

Durante as entrevistas com a população constatou-se que nem todos comungam as mesmas ideias:

A construção desse elefante branco foi uma invenção da igreja. Não sei para que gastar tanto dinheiro com uma imagem de cimento, podendo gastar com calçamento das ruas da cidade que estão muito esburacadas e construir casas para o pessoal do Mutirão, que morram em barracas perto do lixão. (Sr. Pedro Sena de Souza, 57 anos)

Foi bom para a cidade, para a região, porque além do turismo tem a questão dos comerciantes (pipoqueiros, restaurantes) devido à quantidade de romeiros que chega à cidade, os hotéis ficam lotados e nos domingos vê-se a cidade lotada, e muitos gostam tanto da cidade que mesmo depois da romaria ainda ficam para a missa mais tarde. Acredita que ainda é necessário um maior planejamento na cidade, pois na administração da época da construção faltou incentivo aos comerciantes, faltou infraestrutura ao acesso (estradas). (Sra. Doura da Silva Mousinho, 42 anos)

De fato, o aproveitamento turístico e mercadológico do fenômeno religioso é posto como um fenômeno da sociedade, tal reflexão demonstra-se pertinente a partir da ótica histórica, da economia, da cultura, dentre outras. Porém, dada a complexidades de atores envolvidos, não se deve deixar de lado a reflexão quanto à singularidade de se avaliar uma atividade tão diversa como o turismo a partir da percepção dos moradores dos locais onde essas atividades se desenvolvem.

Em Guarabira a dinâmica de opiniões que por ora pode ser percebida pode se vincular a vários fatores e à pluralidade de acontecimentos. Em meio às transformações ocorridas, alguns aspectos precisam ser considerados, como: o econômico, pelo valor de uso da terra; os aspectos históricos; o político, pelas leis de uso e ocupação do solo; e os aspectos psicossociocultural e ambiental.

Ainda nesse contexto, após o andamento das entrevistas e a pesquisa de campo de uma forma geral, compreendeu-se que em Guarabira a Igreja Católica desempenha um papel

fundamental enquanto fomentadora da valorização da imagem do frei, que, de uma forma ou de outra, vem a colaborar com as dinâmicas espaciais percebidas nos limites do município.

**Figura 8 – Loteamento Sol Nascente, aos pés do Memorial Frei Damião, junho de 2013.**



Fonte: Elaboração própria (2013).

**Figura 9 – Loteamento no Bairro Novo, aos pés do Memorial Frei Damião, junho de 2013.**



Fonte: Elaboração própria (2013).

Mais que manifestações de fé e crença, o que se percebe são ações que materializam a produção do e no espaço da cidade de Guarabira. Talvez o exemplo mais basilar seja a recente presença de loteamentos que passam a fazer parte da fisionomia da cidade, aos pés do memorial, onde antes havia apenas terra sem valor de mercado e sem interesse por parte da comunidade local, hoje há uma grande área loteada altamente valorizada no município. Nessa área são percebidas construções de casas de forma vertiginosa, de áreas para festas, assim como mansões, que vêm a colaborar com o crescimento local. Além do loteamento aos pés do memorial, também é percebido o crescimento do número de estabelecimentos comerciais na cidade. Como já mencionado, muitos destes estão de uma forma direta vinculando seu nome à identidade de Frei Damião, como uma forma de *marketing* gratuito.

### **2.3 PRÁTICAS CULTURAIS E MERCANTILIZAÇÃO DO SAGRADO**

Na história moderna a produção do espaço é concebida a partir da relação sociedade/natureza, em que os padrões capitalistas de apropriação são entendidos como arena determinante dessa relação. Com o processo de desenvolvimento da sociedade capitalista o espaço passou por um processo de produção de modo que este passa a atender fielmente às novas demandas existentes.

Na história das sociedades modernas, constata-se que, além das alterações praticadas pelo poder público nos lugares sob sua administração, passam a existir, também, modificações na ação da Igreja Católica frente ao povo local. A Igreja passa a desempenhar um papel para além da orientação na vida de seus fiéis, mais que isso, passa a balizar sua influência não apenas no encaminhamento espiritual e festejos religiosos, mas explorando todas as manifestações possíveis que venham a corroborar com a ótica do progresso capitalista.

Na sociedade contemporânea a fé é facilmente mercantilizada. O que se constata em Guarabira é uma nova roupagem para práticas antigas, em que se torna comum apropriar-se da fé como forma de ganhos e de sustento. O profano e o sagrado se entrecruzam, muitas vezes sendo confundidos como lados de uma mesma moeda. A comparação com a moeda parece consideravelmente oportuna, frente ao uso que é dado à mercantilização do sagrado, em que a fé é claramente usada como fetiche para práticas capitalistas quem vêm a colaborar para a produção do espaço do município.

A compreensão das três dimensões básicas da vida social – política, cultura e economia – demonstra-se essencial para que se possa entender a dinâmica de produção do espaço.

Diante de tudo, podemos perceber que com o tempo houve um desvínculo com a natureza [...] Hoje, diante de uma sociedade capitalista, fundamentada na produção e consumo, que está preocupada em maximizar as riquezas, conduzindo a uma vasta devastação dos ambientes naturais onde a religião da sociedade moderna é o capital [...] (CRUZ, 2004, p. 28).

A religiosidade, que justifica o turismo no município de Guarabira, é um exemplo claro da fé cristã, onde o turismo religioso figura como uma alternativa para o desenvolvimento da região, concorrendo para o desenvolvimento econômico do município. Suas dimensões, expandidas pela propaganda, superam as manifestações da fé e motivações religiosas e, desde que foi construído e inaugurado o Memorial Frei Damião, percebe-se uma crescente consolidação do mercado e do consumo como forma de sociabilidade.

O turismo, tal como outras atividades – e concorrendo com elas – introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade. Além disso, objetos preexistentes em dado espaço podem ser igualmente absorvidos pelo e para o turismo, tendo seu significado alterado para atender a uma nova demanda de uso [...] (CRUZ, 2003, p. 12).

O espaço sagrado atrai muitas pessoas e passa a conter não apenas elementos de fé, crença e peregrinação, mas também comunicação, desejos, consumo, comércios e ritos simbólicos mais ligados ao mercado do que à fé. “Formata-se um novo arranjo social, onde práticas de deslocamento e consumo são acopladas à religião, como se indissociáveis fossem, em uma sociedade onde as trocas materiais e simbólicas estão no centro das relações” (STEIL, 1998).

O turismo é, a princípio, uma atividade onde o homem dispõe da paisagem para o seu lazer. Durante muitos anos a atividade turística ficou restrita apenas às classes mais abastadas da sociedade. Levando em conta a diferença abrupta entre os tipos realização do turismo diante das diferenças sociais, com o passar dos anos e o avanço das tecnologias, essa atividade se difundiu por outras as camadas sociais, ganhando status como um fenômeno que funciona como agente modelador da paisagem - já que o homem humaniza o meio de forma que este venha atender às suas necessidades.

A natureza conhece um processo de humanização cada vez maior, ganhando a cada passo elementos que são resultados da cultura. Torna-se cada dia mais *culturalizada*, mais *artificializada*, mais *humanizada* (SANTOS, 1988, p. 89). Bem como a urbanização ganha novo impulso e o espaço do homem, tanto nas cidades como no campo, vai se tornando mais instrumentalizado, culturalizado, tecnificado e trabalhado, segundo os ditames da ciência (SANTOS, 1988, p. 43).

A partir da observação do fluxo turístico e das entrevistas, nos dias que os questionários foram aplicados, notou-se a predominância de visitantes de estados da região Nordeste. Conforme Tabelas 2 a 8 a seguir, pode-se perceber o registro do número de visitantes ao Memorial Frei Damião, nos dias de maior visitação, por localidades e meio de transporte nos meses de janeiro a junho de 2012:

**Tabela 2 – Visitantes ao Memorial Frei Damião – 08-15 jan. 2012**

| DOMINGO   08/01/2012  | DOMINGO   15/01/2012                       |
|---|--|
| <b>ESTADO</b><br>PARAÍBA, PERNAMBUCO E<br>RIO GRANDE DO NORTE | <b>ESTADO</b><br>PARAÍBA                   |
| Areia   | Alagoa Grande                              |
| Campina Grande  | Alagoinha/Sítio Jacaré                     |
| Damião  | Araçagi - Pitombas e Marmaraú              |
| Mamanguape  | Arara                                      |
| João Pessoa   | Bananeiras                                 |
| Solânea   | Bayeux                                     |
| Salgado de São Félix  | Belém                                      |
| Alagoa Grande   | Campina Grande                             |
| Pilõesinhos   | Casserengue                                |
| Contendas   | Fagundes                                   |
| Cajá - Caldas Brandão   | Guabiraba de Sertãozinho                   |
| Mulungusinho  | Jacaraú - Macedo e Várzea                  |
| Sapé  | Logradouro                                 |
| Alagoinha   | Mamanguape                                 |
| Rio Tinto   | Mari                                       |
| Itabaiana   | Riachão do Poço                            |
| Mari  | São José dos Ramos – Sítio Patú            |
| Belém   | Sapé – Sítio Carnaúba                      |
| Casserengue   | Serra Redonda                              |
| Pirpirituba   | Sobrado                                    |
| Renascença  |  |
| Lagoa de Dentro   |  |
| Sertãozinho   |  |
| Caiçara   |  |
| Abreu e Lima-PE   |  |
| Surumbim-PE   |  |
| Camaragibi-PE   |  |
| Recife-PE   |  |
| Timbauba-PE   |  |
| Orobó-PE  |  |
| Montes das Gameleiras-RN                                      |  |
| Umari-RN  |  |
| Natal-RN  |  |
| Montadas  |  |
| Serra de São Bento  |  |
| Pedras de Fogo  |  |
| Natuba  |  |
| Mogéiro   |  |
| <b>TOTAL</b><br>53 ÔNIBUS / 38 LOCALIDADES                    | <b>TOTAL</b><br>29 ÔNIBUS / 24 LOCALIDADES |

Fonte: Pesquisa de campo (2012).









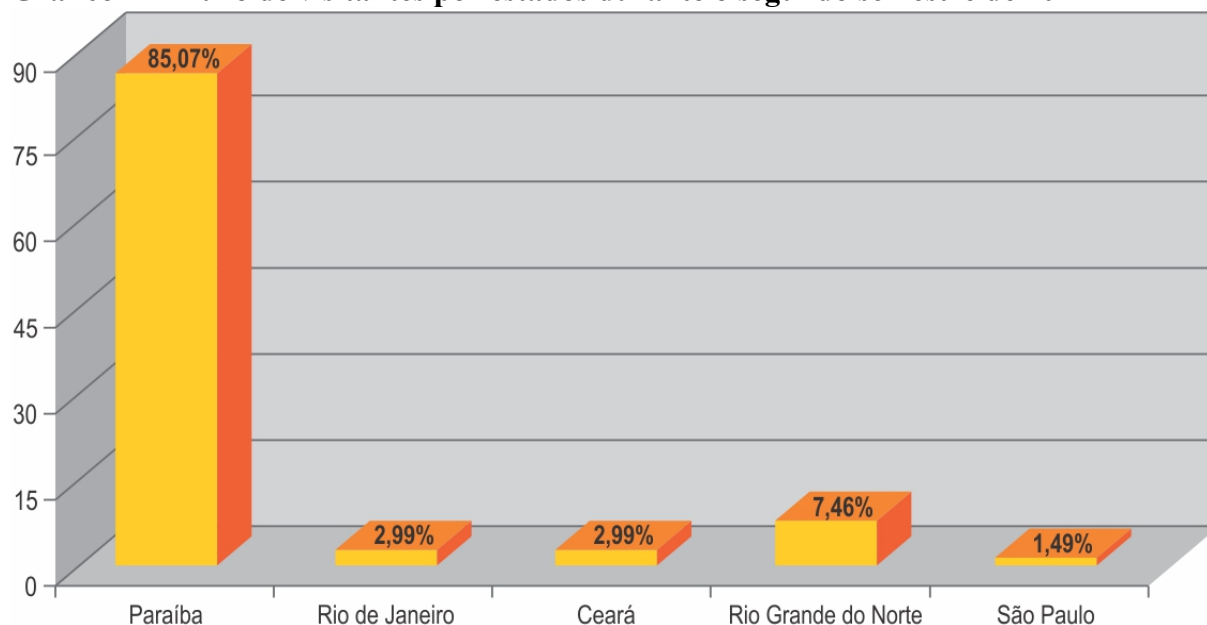




Durante os meses de janeiro e junho de 2012, percebeu-se que a presença maior do visitante ao memorial é aos domingos e predomina uma grande quantidade de romeiros. Dentre estes: 5.772 pessoas vieram pagar promessas de 19 cidades, sendo 16% do estado da Paraíba e as demais dos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Pernambuco (9.186 pessoas vieram apenas para visitar o memorial, sendo das diversas cidades e estados da Federação); 7.020 pessoas conheceram a Catedral de Nossa Senhora da Luz. (5.160 pessoas assistiram à missa de domingo na catedral); 11.150 pessoas almoçaram na cidade (12.540 pessoas compraram lembranças durante a visita).

Conforme a gráfico1, pode-se perceber o fluxo de visitantes por estados durante o segundo semestre de 2012:

**Gráfico 1 – Fluxo de visitantes por estados durante o segundo semestre de 2012**

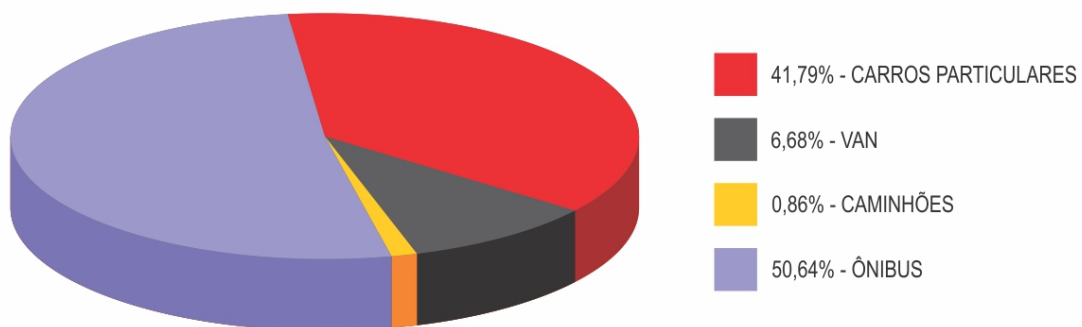


**Fonte:** Elaboração própria, a partir do acervo da Catedral de Nossa Senhora da Luz (2013).

Nesse período o número de visitantes ao Memorial Frei Damião foi de 4.986 pessoas. O número de romeiros por estados que visitaram o memorial: 67 Cidades de 05 Estados Brasileiros. Dos estados brasileiros, desprezando a Paraíba, o Rio Grande do Norte está em 1º lugar em nº de visitantes. Das cidades paraibanas, Mamanguape está em 1º lugar, em número de visitantes.

A partir do gráfico 2, pode-se perceber o fluxo de veículos utilizados durante o segundo semestre de 2012:

**Gráfico 2 – Meios de transporte utilizados para acesso ao Memorial Frei Damião**



**Fonte:** Elaboração própria, a partir do acervo da Catedral de Nossa Senhora da Luz (2013).

Não se pode perder de vista, a motivação religiosa que anima essas pessoas a realizarem viagens no interesse do conhecer ou de retornar ao lugar do memorial. Durante a pesquisa todos os turistas e romeiros expressaram o desejo de voltar ao Memorial Frei Damião, o que demonstra o fator de atratividade do monumento, podendo, assim, refletir na economia da região. Essa situação reforça a reflexão sobre a dimensão econômica da religião e seus desdobramentos espaciais.

Nota-se que as ações desenvolvidas e disseminadas no município de Guarabira, quanto às políticas públicas atreladas ao turismo, representam apenas um processo inicial de uma variante sucessiva, em que a prática turística pode ser assumida como instrumento de desenvolvimento socioeconômico para o município.

Compete às autoridades governamentais, de forma racional e eficiente, administrar os interesses dentro do contexto de desenvolvimento econômico. As pesquisas efetuadas possibilitam afirmar que são inúmeros os desafios para compreender os determinantes na produção do espaço. Dentro dessa perspectiva tem-se a questão da produção do espaço a partir da interação entre os fatores: política (quais os reais interesses envolvidos?), cultura e economia (apropriação econômica da religião).

O que se pôde enfatizar nesse processo são as desigualdades materializadas em Guarabira, as quais aumentam em decorrência da própria lógica do capital, onde aqueles com maiores condições em atender tais interesses tornam-se os maiores beneficiários com os investimentos para turistificação do município, e, de uma forma ou de outra, utilizam a fé como pano de fundo para atender a práticas mercadológicas e táticas de *marketing* para promoção de seus empreendimentos.

Assim como aponta Souza (2012, p.129):

Tal tendência é orientada, no plano ideológico, pela ideia de que seria possível a justiça ou a busca da igualdade ou o progresso ou, ainda, a participação de todos na sociedade de consumo. Nesses termos, as diferenças se transmutam em desigualdades, enquanto as desigualdades, assim observadas, revelam as diferenças de poder de consumo ou de capacidade de decisão ou de possibilidade de apreensão do espaço. Em outras palavras, as desigualdades viram diferenças, por que uma parte da sociedade, de fato, no plano econômico, no político e no social, participa precariamente diferente, porque incompleta, e não apenas quantitativamente desigual. [...] Quando isso acontece, é provável que a profundidade da compreensão esteja comprometida, porque não entra no mérito das determinações de desigualdades, mas apenas em sua composição (variáveis), sua quantificação (medida e peso na formulação dos índices) e, quando muito, nas formas de ação para relativizar essas desigualdades.

Ainda nesta lógica, enquanto os mais abastados conseguem ganhos significativos, os menos abastados ficam à mercê de pouco ou nenhum ganho (econômico, social, público, etc.). Tal processo de troca injusta sustenta o domínio de determinados grupos de empresários frente a uma minoria de pequenos vendedores locais. Isso mostra claramente um tipo de desenvolvimento em Guarabira típico da indústria do turismo, que no plano inicial aparece como alternativa para o crescimento e desenvolvimento regional ao impactar de maneira considerável os segmentos produtivos da economia, entretanto, no plano social, tal fenômeno aparece como fortalecedor das desigualdades historicamente consolidadas. As práticas de produção do espaço percebidas em Guarabira expressam mais as investidas de produção capitalista do que a reprodução dos interesses sociais.

Nesse sentido, o turismo pode ser interpretado como um fenômeno de ação coletiva, em que o Estado apoia *fielmente* o desenrolar das ações de turistificação, sempre com um discurso positivo de que os investimentos nessa direção proporcionariam a redistribuição das divisas captadas e a geração de empregos.

A imagem de Frei Damião não está vinculada apenas às práticas ligadas à fé e à Igreja Católica, mais que isto, o que se constata em Guarabira é uma generalização de consumo que é densamente conectada nas escalas do capital e da cultura local. O que conecta esses dois eixos são as mudanças na conjuntura econômica que permite a generalização como uma estratégia para o desenvolvimento urbano, que poderia ser adotada como uma política de turismo com características claramente liberais/capitalistas.

Nesse ponto, vale salientar que três tipos de empregos são decorrentes dessas indústrias: primeiro, os trabalhos diretos oferecidos por hotéis, motéis, pousadas, e pensões; em segundo lugar, os empregos gerados pelos negócios da atividade turística; e, finalmente, os trabalhos

oferecidos pelos residentes locais (artesanatos, ambulantes etc.). Com isso, promove-se um aquecimento brando de certos tipos de comércio localizados; possibilitando a criação de renda desigualmente distribuída entre aqueles que se apropriam ou se aproveitam do processo de *damianização* de Guarabira..

## **CAPÍTULO 3**

# **POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO BRASILEIRO**

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS DO TURISMO BRASILEIRO

Mesmo atualmente oferecendo o encurtamento das distâncias, a ampliação de possibilidades, a disseminação de saberes e divulgação cultural, o turismo possui normas e diretrizes padronizadas as quais estimulam a competitividade dos estados e aguçam a formação da regionalização do território para um melhor desenvolvimento do setor, ainda que estruturadas e empregadas paulatinamente nas regiões.

Nessa ótica, o papel da União é fundamental no sentido da regulação. Segundo Becker (1996), a União deve: regular a competição entre os estados; estabelecer as normas do jogo; disciplinar o uso do solo; controlar as parcerias, estabelecendo limites e estímulos para a prevenção de problemas territoriais genuinamente oriundos da atividade turística, como a fragmentação do território.

Muitos avanços ocorreram desde a criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), implantando o turismo no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), objetivando melhorar o crescimento econômico regional sem afetar os recursos naturais e fatores ligados à qualidade de vida da população que habita a região em questão (OFFE, 1999). Inicialmente, ao analisar o PND o que pôde se perceber é que as políticas empregadas foram exclusivamente destinadas a favorecer cidades litorâneas.

Nesse sentido, para viabilizar a atividade turística, o poder público tem atuado como indutor ao constituir infraestrutura, e a iniciativa privada atua a partir dessa dotação, em um ciclo que gera valorização fundiária, processo do qual se beneficiam tanto o Estado como os produtores privados dos espaços (ROCHA; JUNIOR-MAIA; SANTOS, 2007).

A atividade turística transforma espaços e cria probabilidades cuja as várias metamorfoses são, em larga escala, induzidas e suscitadas pelo Estado, pelas políticas públicas, com a participação cada vez maior do capital privado. Para Santos (1994), cabe reconhecer que o consumo do espaço pelo turismo é intermediado pelos sistemas de objetos e de ações que formam o espaço; oportuno afirmar que esse consumo ocorre por meio de um conjunto de serviços que dá suporte ao fazer turístico e ainda às infraestruturas presentes em cada lugar.

Mesmo inicialmente com as políticas públicas voltadas para a prática do turismo litorâneo, a partir do governo Lula, implantou-se o Ministério do Turismo (MTur) e a criação do Plano Nacional do Turismo (PNT), visando, em especial, uma das vertentes que preconiza o significado de turismo, que é a inclusão social.

Nesse PNT têm-se vários objetivos, dentre eles: descentralização da gestão turística a fim de que cada estado tenha autonomia suficiente para articular as medidas necessárias à sua realidade; inter-relacionar diversos setores, como: infraestrutura, segurança, esporte, lazer, transportes etc.; e ainda a interiorização do turismo nos estados, deixando o monopólio até então mantido pelas regiões litorâneas e adentrando ao estado objetivando homogeneizar a exploração turística e disseminação cultural de toda a região (PNT, 2006).

Dessa forma, o PNT visou à descentralização com a implementação do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) em todas as regiões do país, com a finalidade de homogeneizar e proporcionar um intercâmbio para toda a região do litoral ao interior. Sem dúvida, um avanço na forma de tratar o turismo e suas interfaces. No entanto, não se pode desconsiderar a atuação hegemônica de forças exógenas a esses espaços, as quais vão protagonizar o desenvolvimento da atividade turística, “desconhecendo” a capacidade de mobilização dessas políticas públicas, podendo torná-las inócuas (ROCHA; JUNIOR-MAIA; SANTOS, 2007).

Em entrevista realizada com Doso<sup>4</sup>, gestor do Prodetur-PB, o mesmo relata que se trata de um programa nacional, sucedâneo do Prodetur Nordeste, o qual passou pela edição do Prodetur Nordeste I e logo em seguida Prodetur Nordeste II, hoje intitulado Prodetur Nacional, abrangendo outras unidades da federação e até capitais acima de um milhão de habitantes.

Ainda segundo Doso (2013), o Prodetur possui um manual operacional de procedimentos, um regulamento operacional, baseado em diretrizes que correspondem a metodologias de operacionalização. Cada Prodetur tem as unidades operacionais, tendo, portanto, o Prodetur Nacional Paraíba, o Prodetur Nacional Pernambuco, o Prodetur Nacional Rio Grande do Norte, dentre outros. O Prodetur atua diretamente ligado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que é um banco fomentador, financiador das ações do Prodetur. O Prodetur, por sua vez, foca em projetos de estruturação de polos turísticos, baseado nos seguintes componentes:

---

<sup>4</sup> Arnaldo Júnior Farias Doso foi gestor da cidade de Cabaceiras, onde desenvolveu política de incentivo à prática turística naquela região, com o incentivo ao turismo no Lajedo de Pai Matheus, à Saca de Lã, à Festa do Bode Rei, à promoção na mídia nacional e internacional, assim como no cinema. Foi Secretário de Turismo durante o governo de Cássio Cunha Lima, que governou o estado da Paraíba de 2003 a 2008. Participou também de outras instâncias do turismo, sendo membro do Conselho Estadual do Turismo, inicialmente como representante dos municípios, depois como secretário executivo, através da Prodetur.

- a) O fortalecimento do produto turístico, ou seja, aquilo que é reconhecido como potencial como atrativo turístico de um polo determinado, portanto, a promoção de ações que possam fortalecer determinado polo turístico. Um exemplo é o Polo Costa das Piscinas, que compreende parte do Litoral Paraibano, envolvendo cinco municípios (Cabedelo, João Pessoa, Conde, Pitimbu e Bayeux), que já conta com obras de duplicação de acesso em função do aeroporto. Falando do produto turístico dentro desse polo, o Por do Sol do Jacaré, em Cabedelo, é reconhecido como um produto turístico; o Sol e Mar, de toda a parte litorânea da Paraíba. Então, ações que fortaleçam esses produtos representam um dos componentes do Prodetur.
- b) A infraestrutura ligada a cada polo especificamente, por exemplo, no caso de Bayeux, tem-se a duplicação do acesso ao aeroporto, o complemento do acesso às praias do litoral sul.
- c) A qualificação dirigida especificamente aos gestores, a atendentes, toda a parte ligada à capacitação do sistema turístico de cada polo.
- d) O investimento no fortalecimento na gestão do turismo, tanto da gestão estadual, quanto da gestão dos municípios.
- e) O *marketing* e a comercialização do produto turístico, com investimento nesse sentido.
- f) A gestão ambiental.

Pode-se inferir que esses sejam, portanto, componentes que norteiam a ação do Prodetur do ponto de vista das suas características dentro de sua metodologia. Portanto, o Prodetur pode ser compreendido, enquanto programa de desenvolvimento do turismo, como um programa com o objetivo de estruturar polos de turismo definidos.

Na Paraíba, essa atividade vem se desenvolvendo principalmente devido às suas potencialidades, pois ela apresenta uma diversidade de paisagens que varia desde praias de águas mornas e areias brancas, onde “o sol nasce primeiro” até as serras e depressões sertanejas, pontilhadas de *inselbergs*. O turismo enquanto fonte de divisas contribui para o desenvolvimento de uma dada região, de forma mais ou menos intensa, conforme sejam os recursos disponíveis, naturais e culturais, além da infraestrutura montada para esse fim. Em todas as regiões do estado, a atividade turística pode ser desenvolvida não apenas por seus

recursos naturais, riqueza cultural, como também pela promoção de eventos atrativos (O TURISMO NA PARAÍBA, 2013).

Nessa ótica, a prática turística no Brasil tem como tendência atual a desconcentração no espaço convergindo para a posterior interiorização. Tal tendência em muitos municípios vem acompanhada de investimento e incentivos que permitem mudanças em algumas realidades. O esquema que segue na Figura 10 resume a dimensão macro das políticas públicas e suas variáveis:

**Figura 10 – Políticas públicas e suas variáveis**



**Fonte:** Adaptado do MTur (2008).

Nesse sentido, tem-se a fala de Doso (2013):

O Prodetur tem uma visão de estruturação do produto turístico, mas não focado naquilo que digamos se convencionou como decisivo para o turismo, a questão da infraestrutura, a questão de eventos. A ação do Prodetur contribui para a infraestrutura, mas não apenas. A ação do Prodetur busca o desenvolvimento do conceito de turismo sustentável, o desenvolvimento do turismo com sustentabilidade na perspectiva ambiental, econômica e social. Isto sendo, portanto, o grande diferencial. Diferentemente dos Prodetur I e II, que eram praticamente apenas infraestrutura, hoje pelas diretrizes do programa por exigências do próprio BID,

enquanto fundo fomentador. Exigências que levam em conta os preceitos da Organização Mundial do Turismo. Em suma, o objetivo do Prodetur é a estruturação de um polo voltado ao seu desenvolvimento, à sua estruturação na perspectiva da sustentabilidade.

De acordo com o Estudo de Competividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, as políticas para o desenvolvimento do setor de turismo são elaboradas em diferentes esferas de governo: municipal, regional, estadual, nacional e internacional. Ainda nesse sentido, o planejamento e as intervenções são implementadas por diferentes órgãos, o que possibilita, muitas vezes, um conjunto de diferentes objetivos e resultados (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

Durante entrevista realizada com o Gestor do Prodetur-PB, observou-se que os investimentos feitos demonstram-se pontuais, atendendo prioritariamente o desenvolvimento de polos específicos. Os projetos não são executados de forma concomitante, uma vez que dependem do financiamento do próprio BID, onde, para contrair e habilitar um novo financiamento para investimento em outro polo turístico, deve-se adiantar o processo de execução daquele que já está em curso.

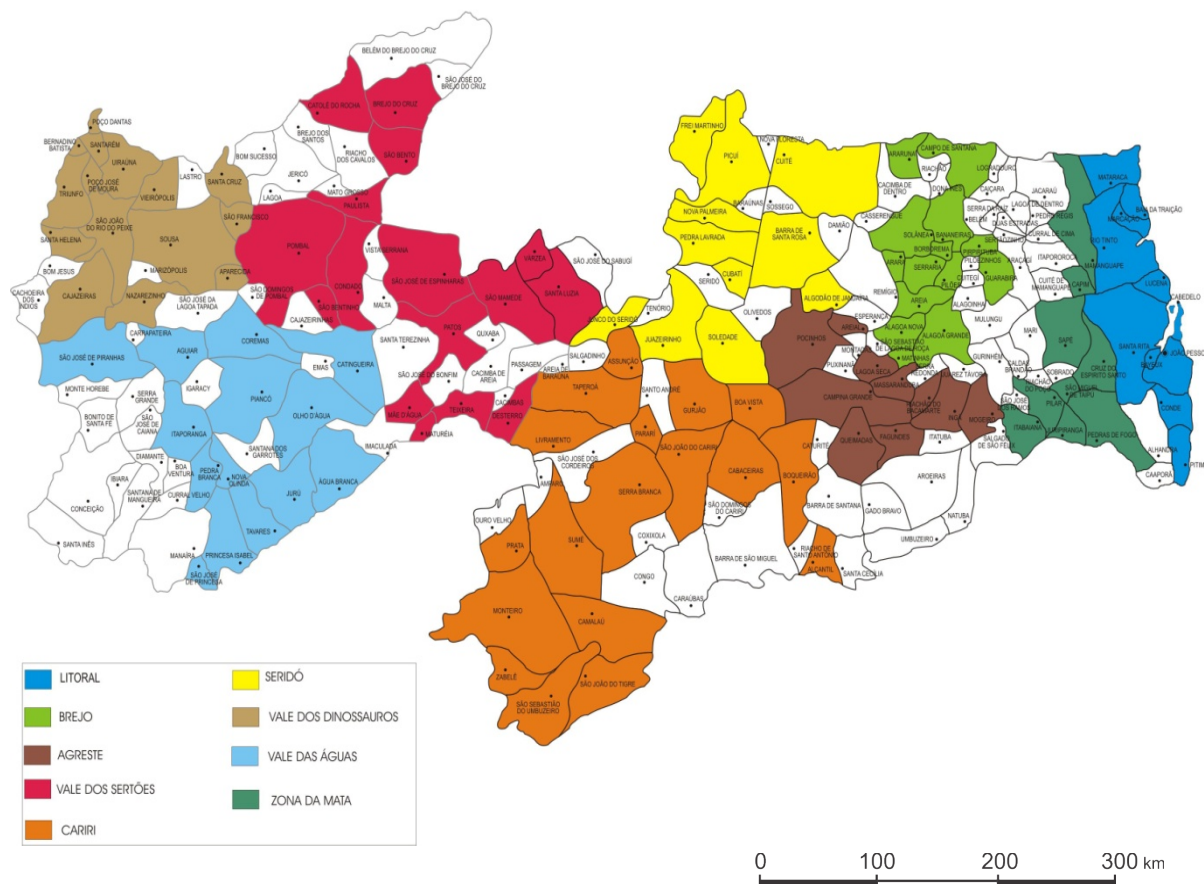
Nesse sentido, parece claro que são obras pontuais e isoladas. Sendo assim, na perspectiva do investimento concreto direto, um projeto ocorre de cada vez, mas, na perspectiva da articulação, a preparação de demais polos turísticos precede os investimentos.

Ainda de acordo com Doso (2013):

Nos já estamos atuando, por exemplo, na região do Brejo Paraibano já começamos o trabalho no que diz respeito a levantamentos preliminares para elaboração do Pedites (Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável), que é o insumo base, a pedra angular para o financiamento do Prodetur, este, por sua vez, atuando com as diretrizes já encaminhadas, e no passo a passo da preparação técnica o documento primário é exatamente a elaboração do Plano Regional, que é o plano de desenvolvimento integrado sustentável. Isto, portanto, é dever de casa do Estado. Nós já começamos com os estudos preliminares da região do Brejo Paraibano, assim como da região de Campina Grande. Na perspectiva do Prodetur, o incentivo é tão logo seja concluída a ação em torno do Polo Costa das Piscinas, a perspectiva é que dará início às atividades de execução das ações já agora em 2013, o Prodetur dará início já em outro polo turístico. E um destes, em função de como, efetivamente, vem sendo estruturada a própria região, que vem dando resposta do ponto de vista turístico e indiscutivelmente sua evolução é perceptível, é a região turística denominada de Brejo Paraibano, compreendendo um conjunto de municípios, como, por exemplo, com os Caminhos do Frio. Então, o propósito é desenvolver um roteiro nessa região do Brejo. Outra é exatamente a região polarizada por Campina Grande, com as cidades do seu entorno, assim como o Litoral Norte. Então, na perspectiva do Prodetur, no que diz respeito à interiorização, sem dúvida alguma os projetos seguintes serão dirigidos para a região do Brejo, para a região de Campina Grande, dentre outras, como é o caso da região do Vale dos Dinossauros, até mesmo da própria região do Cariri, assim como o Litoral Norte, isto num foco mais adiante.

A partir da fala de Doso, o que se espera é que bons ventos venham a soprar no Agreste Paraibano. Porém, quando questionado se, de fato, há articulação com os municípios para o desenvolvimento desses polos, Doso (2013) afirma que o governo do estado trabalha de acordo com a metodologia do Ministério do Turismo através de um Programa de Regionalização do Turismo. Para tanto, a regionalização do turismo prevê uma série de ações no que diz respeito à articulação dos municípios e inicialmente à divisão do estado de acordo com as regiões turísticas que nem sempre corresponde à divisão das regiões geográficas. Conforme mapa 3, tem-se a Região Turística Litoral, a Região Turística Mata da Paraíba, a Região Turística Brejo, a Região Turística Agreste, a Região Turística Cariri, a Região Turística Vale dos Dinossauros, a Região Turística Vale dos Sertões, a Região Turística Vale das Águas, no Vale do Piancó e no Vale do Seridó, sendo estas hoje as regiões turísticas da Paraíba.

**Mapa 3 – Regiões turísticas do estado da Paraíba conforme Programa Nacional de Regionalização do Turismo**



Fonte: Prodetur-PB (2013).

Foi constatado que dentro dessas regiões turísticas, a ação do Estado é no sentido de contribuir com a estruturação de governança, através de instâncias por meio de fóruns regionais de turismo. Cada instância tem seu plano de desenvolvimento turístico regional. O Estado atua dentro dessa ótica, dentro dessa metodologia, que é conduzir através da Secretaria Executiva do Turismo.

Sendo assim, a análise da produção espacial vincula-se ao entendimento de que, por mais que o espaço geográfico seja inerte, estático, passa por transformações que permitem modificações que convergem e comportam a dinamicidade nele percebida, alterações que muitas vezes podem ser estranhas ao local.

Como afirma Cruz (2003, p.11):

Diferentes fatores concorrem, com intensidade e ritmos temporal e espacialmente diferenciados, para a produção do espaço. Mais ainda, esses fatores já não são apenas de ordem local, mas, também, em grande parte deflagrados em espaços muito distantes daqueles sobre os quais exercem alguma influência [...].

Para tanto, na ótica dos investidores e dos governos o efetivo sucesso de um dado destino turístico está vinculado a uma relação de dualidade e cooperação entre o setor público e o setor privado. Caso contrário, o estímulo feito de forma desordenada, sem o vínculo direto entre a iniciativa privada e o setor público, não atingirá sua plenitude de desenvolvimento, uma vez que cada um vai estar buscando atender seus interesses de forma isolada – com o setor público buscando prioritariamente benefícios sociais e o setor privado focando em aumentar lucros.

Quanto à realidade da prática turística na Paraíba, em entrevista realizada com a presidenta da PBTur, Ruth Avelino Cavalcanti (2012), a mesma faz a seguinte avaliação:

O turismo na Paraíba, durante muitos anos, foi cuidado apenas pela PBTur. Antigamente não tinha o Ministério do Turismo, era só a Embratur, então ela cuidava desde obra, promoção, finalização. Depois da criação do ministério, ele ficou com toda a divulgação no Brasil, com a questão de obras, convênios. Depois da criação da Secretaria do Turismo e do Desenvolvimento Econômico, a PBTur ficou apenas com a promoção. Hoje existe a Secretaria do Turismo e do Desenvolvimento Econômico (Secretário Renato Feliciano), com esta fica toda a parte de obras, de convênio, sinalização, roteirização e também com a parte de indústria a comércio. Valter Aguiar cuida da parte de roteiro. A PBTur é quem participa das feiras, quem faz o contato direto com os operadores. A nossa missão é trazer o turista para João Pessoa. O deles é fazer a articulação no estado – permitindo que as cidades estejam prontas para receber o turista.

Fica claro que, por mais que a PBTur seja um órgão com abrangência em todo o estado, fica limitado ao litoral, especificamente preso ao turismo “sol e mar”. Ainda durante a entrevista, quando questionada quanto ao olhar da PBTur frente à gestão turística desenvolvida no estado da Paraíba, Cavalcanti (2012) reponde que é um olhar compartilhado:

A PBTur faz a promoção do destino. Mas essa promoção deve ser feita de forma compromissada, não apenas promover sem saber se os municípios realmente têm condições de receber os turistas. A nossa ação é uma ação compartilhada: com a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico, com as prefeituras. A prefeitura é quem tem que cuidar da cidade, iluminar a cidade, e também tem as entidades, tem o Senac, com a questão da qualificação. A ideia é que o visitante venha, goste do que vê e retorne, que recomende. O boca a boca positivo. É um conjunto de coisas que devem ser feitas para que ele, o visitante, saia daqui satisfeito. É muito complexo trabalhar com turismo, não é fácil.

Mais do que fazer a promoção do destino turístico, faz-se necessário organizar o destino, assim como a logística de uso do espaço. Buscando satisfazer a esses questionamentos, Cavalcanti (2012) foi questionada se existe algum incentivo à interiorização do turismo no estado da Paraíba, tendo respondido o seguinte:

Sim, a começar pelo *slogan* criado em 2011 – Paraíba, muito mais que sol e mar. Queremos mostrar que temos bem mais do que nossas praias, que também temos cultura, que temos um centro histórico. Para promover, temos que organizar. A nossa luta é que as cidades estejam preparadas de fato. Porque não basta apenas ter o atrativo turístico, ter um monumento fantástico, belezas naturais, faz-se necessário ter a estrutura. O turista tem que ter um lugar para dormir, para comer, tem que ter acesso, a questão das estradas também é um problema muito grande. A nossa luta é muito grande, uma vez que, para promover, precisamos antes organizar. Estamos estimulando sim.

Com os estudos ora encaminhados, foi averiguado que compete à Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico dar infraestrutura aos locais receptores das práticas turísticas, permitindo que tenham as condições mínimas para receber as demandas geradas a partir dessa prática.

Buscando avaliar até que ponto há comprometimento do estado com as práticas turísticas desenvolvidas, além da prática sol e mar, Cavalcanti (2012) foi questionada quanto à existência de parcerias do órgão com os municípios da Paraíba, tendo respondido que:

Os municípios que querem parceria com a PBTur, tal parceria é feita na hora, como com as prefeituras de João Pessoa, do Conde, de Cabedelo, de Areia, de Bananeiras, de Sousa, de Campina Grande. Já em Guarabira a parceria é mais ou menos, ainda não tem uma parceria muito forte, a cidade de Guarabira é um polo que fica num lugar interessantíssimo, numa das regiões que mais crescem do ponto de vista

turístico, que é o Brejo. A cidade tem um potencial maravilhoso para o turismo de aventura, para o turismo religioso. **Inclusive, em nosso próximo material de divulgação, nós estamos dando um destaque maior ao Memorial Frei Damião. A cidade de Guarabira carece de um charme, a cidade não é charmosa. Faz-se necessário um olhar mais rebuscado.** O que falta é as prefeituras perceberem que o turismo é um dos grandes impulsionadores de uma economia, que o turismo gera trabalho, gera renda. Os gestores precisam perceber a possibilidade de gerar renda que o turismo possui, uma vez que a prática turística pode vir a potencializar vários serviços da cidade. Tendo um turismo bacana, ele vai estimular todos os serviços da cidade. A cidade não é feia, mas falta charme. Não é assim apenas em Guarabira, é assim em Bayeux, em Santa Rita, em Mamanguape. Os poderes públicos foram relaxando, o que foi virando um pandemônio, que para ser reorganizado hoje é preciso muito pulso.

Ainda na sua fala, Cavalcanti (2012) defende que “a cidade de Guarabira tem potencial, porém o poder público relaxou quanto ao desenvolvimento da infraestrutura do município. O turismo é uma atividade econômica importante nos dias de hoje, especialmente para o setor de serviços, influenciando fortemente na produtividade por ampliar a oferta de emprego e a geração de renda”.

Quando se trabalha com o turismo, a imagem assume um papel de grande importância. Nessa área utiliza-se com certa frequência a imagem mental, ou seja, aquela associada a uma fantasia ou um sonho. Tem-se a capacidade de formar a imagem de um determinado lugar, sem necessariamente ter estado naquele local.

A fala da representante da PBTur torna clara a falta de estímulo dado à prática turística desenvolvida em Guarabira, estímulo este que poderia ser materializado por maior divulgação do destino em todo o estado, assim como regional e nacionalmente, formando uma imagem do memorial, município e região. Ainda, a partir da fala da presidenta da PBTur, parece claro que existem divergências entre prática e teoria, em que o incentivo dado em maior ou menor grau para alguns municípios permeia um caminho sinuoso marcado pelas práticas políticas, na perspectiva de alianças. Não há de se desprezar o pulso firme do gestor público local, assim como a conscientização da população receptora quanto a ver o turismo como ponte para o desenvolvimento local.

O desenvolvimento em si não pode ser representado apenas pelo crescimento econômico, uma vez que este se demonstra necessário, porém não implica em única condição para existência de uma melhor forma de vida social. O desenvolvimento para Guarabira perpassa por vários setores, porém alguns podem ser explorados de tal forma a permitir a existência de novos dispêndios que podem concorrer com o crescimento econômico da cidade. O que falta é um desenvolvimento para o município que permeie a satisfação das necessidades da população local corroborando com as demandas dos visitantes.

A prática do turismo religioso na Paraíba e em Guarabira é descrita da seguinte forma por Cavalcanti (2012):

O turismo religioso é incipiente, ele é feito de forma muito amadora. Geralmente organizado pelas igrejas, porém o crescimento é muito grande, uma vez que existem muitas pessoas católicas, fervorosas, no Nordeste e no Brasil como um todo. Nós temos polos muito importantes na Paraíba: o Memorial Frei Damião em Guarabira, a Cruz da Menina em Patos, os Caminhos do Padre Ibiapina em Bananeiras, a Procissão de Fátima na Pedra da Boca, a Procissão da Guia, na Igreja da Guia em Lucena. Tudo isso precisa ser estruturado, precisa ser estruturado esse roteiro para que a PBTur divulgue. Porém, a PBTur não pode estruturar destino, eu fico até cobrando de outros órgãos. Agora é meta do governo estimular, fortalecer e organizar essa prática do turismo religioso, não só em Guarabira, assim como em todos os municípios dos polos já mencionados, e até descobrir novos polos.

Frente à postura adotada pelo poder público, acredita-se (e acredita-se) que, na prática, uma atividade turística bem desenvolvida pode vincular-se a parcerias firmadas entre os vários interessados em tal atividade, quais são: o próprio governo, o setor privado, as organizações não governamentais, os visitantes e, claro, a população local, cabendo, portanto, ao poder público as iniciativas necessárias de incentivo ao desenvolvimento das práticas turísticas no estado da Paraíba.

Ainda nesse sentido, quando questionada quanto à existência de planejamento para a prática turística percebida em Guarabira, Cavalcanti (2012) justifica que:

Agora com essa nova eleição de 2012, que esses novos prefeitos têm uma visão mais apurada, esperamos poder conversar com eles até sobre a Copa do Mundo. Porque Guarabira, inclusive, está entre as cidades para visitação na Copa do Mundo. São onze cidades na Paraíba: no Litoral, João Pessoa, Conde, Cabedelo e Lucena; no Sertão, Campina Grande, Guarabira, Esperança, Pocinhos, Ingá, Bananeiras e Areia. Essas cidades estão entre as cidades do polo de visitação. A Fifa tem as sedes da Copa do Mundo, são doze no Brasil todo, quatro no Nordeste. O Ministério do Turismo fez uma rota de visitação para os turistas que forem para Natal ou para Recife ver os jogos da Copa, para que eles possam fazer viagens de até três horas de carro para fazer uma visitação a um monumento, a uma cidade, e Guarabira está nessa rota. Temos que sentar a partir de janeiro de 2013.

Ainda nesse sentido, durante entrevista realizada com Doso (2013), o mesmo foi questionado quanto à forma e a importância do turismo religioso desenvolvido no estado:

Um seguimento riquíssimo, o estado da Paraíba tem um potencial extraordinário para esse seguimento por vários fatores, do ponto de vista cultural, estando dentro de uma macrorregião que tem também uma importância muito grande nesse sentido, do ponto de vista da prática. Ao mesmo tempo que é um seguimento desafiador, porque há muitas vezes um confusão em relação aquilo que efetivamente pode ser considerado como turismo religioso. O turismo, na perspectiva conceitual, na

perspectiva de resultados efetivamente concretos, econômicos e sustentável, ele precisa ser olhado dentro de outra perspectiva, que deve ser muito mais profissional. Enfim, uma coisa é o que realmente reconhecemos como potencial, e a Paraíba tem, sem dúvida, alguma oportunidade para crescer nesse seguimento, Guarabira se destaca, o Brejo se destaca nesse sentido. Agora uma coisa é o potencial, outra é o desafio de transformar o que é, digamos, uma riqueza potencial numa riqueza turística eficiente a nível econômico que gere resultados, com resultados não apenas pontuais, não apenas uma romaria, mas que contribua para a estruturação de uma cadeia turística como um todo. É um tipo de seguimento que na relação custo-benefício, quando bem estruturado, o resultado é interessante, por exemplo, se for feito um paralelo com o turismo promocional, com festas populares, festas de ruas, em que nem sempre se deixa um resultado interessante do ponto de vista econômico, tampouco do ponto de vista social. Muitas vezes é o contrário, socialmente é terrível para algumas comunidades. O turismo religioso não, pela qualidade do público, o resultado econômico e social pode ser bem mais substancial, assim como o turismo de negócio.

Portanto, o protagonismo do município em si, quanto ao desenvolvimento, vincula-se ao papel do poder público, enquanto liderança, e da população local, quanto à participação. O êxito de uma política pública está voltado ao modo de sua elaboração. É necessário o envolvimento e participação direta de diferentes atores sociais como uma forma de evitar que a política privilegie interesses escusos em detrimento dos interesses coletivos.

Segundo Sachs (2004), o desenvolvimento pode permitir que o ser humano demonstre suas capacidades, suas habilidades e sua imaginação à procura da autorrealização e da felicidade, em função dos esforços coletivos e individuais. O desenvolvimento tem que propiciar a possibilidade de que as pessoas vivam do modo que escolheram, propiciando às mesmas os instrumentos e as oportunidades para que possam escolher. Faz-se necessário que as pessoas pobres e marginalizadas tenham a possibilidade de influenciar as ações políticas, tanto em nível local quanto nacional. Se isso não acontecer é pouco provável que essas pessoas tenham acesso a emprego, hospitais, segurança e outros serviços básicos.

A expansão dos núcleos urbanos, como ocorre em Guarabira, levou ao crescimento da construção civil, realizado, em sua maior parte, de maneira informal e com fortes impactos onde as construções são direcionadas, contribuindo para a degradação da paisagem. O Memorial Frei Damião acendeu uma ânsia nos empreendedores e incorporadores imobiliários em investira no entorno da construção. Com isso, a preparação de um planejamento estratégico para o município, amparado nos princípios de gestão social do urbano, torna-se, assim, um componente prioritário para o desenvolvimento do município e da região em que se encontra inserido.

Dentro de uma situação em que se faz necessário desenvolver práticas que permitam desenvolver áreas específicas, existe sempre a esperança de que o setor público colabore para o desenvolvimento dos municípios, cidades e estados. Mas isso geralmente não se realiza, continuando a existir na maioria das vezes a concentração de recursos na distribuição da riqueza.

Nesse contexto, a função econômica da cidade é definida pelos serviços que explora. Para entender a economia de uma cidade, deve-se avaliá-la sob o prisma da dinâmica capitalista, onde os moldes e modelamentos “impressos” no espaço corroboram com a acumulação e consequente produção do capital no espaço.

De acordo com o Guia para implementação do Estatuto da cidade (2001), a Lei nº 10.257/2001, conhecida como o Estatuto da Cidade, que veio regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, é o resultado de um processo político que se iniciou da década de 1960. Em 1963, um ano antes da Ditadura Militar, realizou-se o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, na cidade de Petrópolis-RJ, que debateu grandes reformas sociais na área de saúde, agrária, educação e outras. O Brasil vivia um período de grande mobilização popular.

Como afirma Martins (2006, p.40):

O Estatuto da Cidade determina que o Plano Diretor, considerado um instrumento básico de desenvolvimento e de expansão urbana, tenha uma metodologia própria e congregue conhecimentos técnicos específicos da Administração Pública. É aí que se vislumbra um cenário conflitante. De uma parte, percebe-se o esforço do Poder Executivo através da Campanha Nacional de Sensibilização e Mobilização para a elaboração, atualização e implementação de Planos Diretores Participativos (PDPs), para inteirar milhares de prefeitos e técnicos, do verdadeiro espírito da lei. De outra parte, o exíguo espaço de tempo priva os governos municipais da preparação de uma equipe apta a se defender do assédio de profissionais incompetentes e aventureiros de diversas áreas.

Fato é que a obrigatoriedade dos municípios com mais de 20.000 habitantes fazerem seus Planos Diretores, levando em consideração os recursos naturais no meio urbano, coloca sob a carga dos gestores (nos três níveis de governança) aplicarem legislações ambientais e urbanísticas, o que para muitos gestores, se sobrepõem e dificultam a tomada de decisões. Um amplo debate com a sociedade local frente a essas normativas e tendo como pano de fundo a eleição/invenção do município de Guarabira como localidade turística, foi o que realmente não aconteceu em todo esse processo de uso de dinheiro público com a construção do Memorial Frei Damião.

### **3.1 POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO EM GUARABIRA**

O exercício de uma política pública voltada para o turismo é fundamental para evitar que haja uma série de acontecimentos danosos para todo o espaço em que a atividade turística é desenvolvida.

Segundo Lopes e Amaral (2008) a função que o Estado exerce na sociedade passou por várias mudanças com o passar do tempo. Nos séculos XVIII e XIX, seu principal objetivo era a segurança pública e a defesa externa em caso de ataque inimigo. Entretanto, com o aprofundamento e expansão da democracia, as responsabilidades do Estado se diversificaram. Atualmente, é comum se afirmar que a função do Estado é promover o bem-estar da sociedade. (LOPES; AMARAL, 2008, p. 5).

Ainda segundo Lopes e Amaral (2008) as políticas públicas podem ser vistas como o conjunto de atos, metas e concepções que os governos, em suas três esferas, planejam para obter o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) encaminham, são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade, ou, como ocorre frequentemente, são ações que partem da prioridade de políticos ou grupos políticos.

Os reflexos de opções políticas que não partem do anseio da população, ou, ao menos, ações que sejam direcionadas ao bem comum das comunidades locais, podem ser encontrados em diversos destinos turísticos pelo Brasil e pelo mundo. Realidades diversas surgem a partir do desenvolvimento impulsionado pelo turismo. Favorecimentos políticos, desvios de verbas públicas, concentração de renda, impactos ambientais, prostituição, segregação social, elevação do custo de vida local, especulação imobiliária, concentração espacial de investimentos públicos em detrimento de outros pontos da cidade, etc.

Uma das saídas para mitigar esses efeitos “colaterais” é a promoção de um planejamento voltado ao turismo materializado por meio da implantação de políticas públicas que não reproduzam os impactos citados acima. Não se trata em desmerecer totalmente o papel das políticas, mas sim de transforma-la em uma forma de ação coletiva que parta do Estado em confluência com a comunidade que ele representa.

Conceitualmente, política pública é uma atividade-fim do Estado, ou seja, é representada por um conjunto de ações, de competência exclusiva do Estado, destinada a

atender aos interesses públicos. Ainda sobre o conceito de políticas públicas, Saravia (2006, p. 28) contribui:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório.

Nesse sentido, o Estado intervém no espaço geográfico por meio de diferentes políticas públicas, assim ele desempenha um papel determinante na transformação espacial por meio da gestão da “coisa pública”, na perspectiva, principalmente, de atender aos diversos interesses dos grupos sociais, mitigando, com isso, a intensificação de conflitos. O desafio contemporâneo é fazer com que a sociedade representada por esse Estado tenha uma participação mais diretas nas suas ações.

Com relação ao turismo, a preocupação de organizar essa atividade socioeconômica por meio da intervenção direta do Estado através de políticas públicas é relativamente recente. Constitucionalmente, a aplicação de recursos públicos está condicionada à elaboração do planejamento de todas as ações que o Estado pretenda desenvolver.

No entanto, há uma compreensão equivocada, por parte do poder público, com relação à importância da realização do planejamento para elaboração de políticas públicas, o que reflete em ações limitadas proporcionando desperdício de recursos públicos. Isso é percebido tanto na área do turismo como em áreas mais importantes, como educação, saúde, assistência social etc.

No caso de Guarabira, o desenvolvimento econômico vem demonstrar claramente a propagação de interesses deliberados, são práticas de mercado que concorrem para o desenvolvimento da cidade, que são promovidas de forma singular e pontual, ou seja, o bem-estar da sociedade é comumente deliberado pelo governo, o que deveria ser definido pela sociedade. Tal realidade ainda é percebida porque a sociedade ainda possuem limitações em sua forma de se expressar. Ela faz solicitações (pedidos ou demandas) para os seus representantes (deputados e vereadores) e estes mobilizam os membros do Poder Executivo para que atendam às demandas da população. Estes por sua vez, viciam o processo em se, estando portanto, preocupados em atender interesses individuais e de grupos políticos que podem convergir aos demandados pela população.

O que falta claramente é uma articulação conjunta, que, mais que buscar atender a interesses específicos, quer sejam políticos, religiosos ou da iniciativa privada, devem concorrer para o desenvolvimento da cidade, algo que busque trazer benefícios significativos para a população receptora. No caso de Guarabira, e como posto pela secretaria de planejamento do município, Marcia Amaral de Oliveira, o que se tem são planos, porém ações ainda não são percebidas, tão políticas para o desenvolvimento da prática turística na cidade.

Quanto as práticas da Prefeitura para o desenvolvimento do turismo na cidade de Guarabira, em entrevista realizada com a secretária de Planejamento do município, Marcia Amaral de Oliveira (2013), a mesma faz a seguinte avaliação:

Com os olhos de hoje, ainda falta fazer muito. Estão sendo feitas algumas reconstruções, e será realizada uma parceria com a Diocese de Guarabira. Tem se limitado a caminhadas, a práticas religiosas. Necessita-se realizar novos atrativos, como caminhos do frio, a festa da luz ainda atrai um grande número de pessoas à cidade. Tem um projeto em andamento que busca colocar um teleférico na cidade daqui a 2014, criando um parque ecológico na Serra da Jurema que está muito destruída, para que venha um número maior de pessoas a cidade. Tem um número bom de empresários que estão procurando a cidade para criar pousadas, estão propiciando algo que venha a valorizar a área. **Tem-se um planejamento, não uma política.** Ver que Frei Damião não é da cidade, mas que pela sua vinda a cidade, pela quantidade de pessoas que ele atraiu fez com que ele fosse lembrado na cidade, em que seu nome foi atribuído a alguns estabelecimentos comerciais. **De fato o Memorial e uma produção do capitalismo no município.** Porém, ele é muito importante para a comunidade católica, mas foi utilizado como atrativo econômico. Falta incentivo, recursos para que se tenha um trabalho efetivo e acredita-se que em 2014 o Memorial esteja bem valorizado. Foram feitos 12 novos loteamentos sem planejamento, que é o caso do Memorial. O clima é muito confuso, a água desce com muita força nos períodos de chuva, e não se tem saneamento, infraestrutura nos loteamentos para descida da água, pois a cidade passou um bom tempo com o clima seco. O município não tem terreno próximo da cidade para construir loteamentos, a prefeitura pediu terrenos perto do Caic ao estado e outro no mutirão que foi parte doada pelo dono da Guaraves e outra parte pelo estado para que se construísse casa populares, pois a cidade não dispõe de uma cadeia de transporte coletivos que atenda as necessidades da população, para tanto essas construções devem ser realizadas próximo do centro da cidade, aos redores. Plano diretor não funcionou. Prédios são construídos de qualquer forma na cidade, não se tem uma padronização, o trânsito é desordenado, será aberto um anel viário, o que melhorará o turismo, pois todas as vias passam pelo centro.

Durante entrevista realizada com o então diretor de turismo do município de Guarabira, Carlos Madson (2013), o mesmo relatou que no município não há secretaria de turismo, existindo apenas uma diretoria de turismo: “Não há secretaria de turismo em virtude do trabalho da prática turística, ser um processo incipiente e sem muito interesse por parte da gestão. Ainda, porém, a estimativa é que no decorrer da gestão venha a se criar tal secretaria.”

Nesse sentido, a diretoria de turismo é vinculada à secretaria de cultura, tendo o nome de Secretaria de Cultura e Turismo.

O que percebido na atualidade é que o aproveitamento das vocações e das potencialidades está vinculado mais à propagação dos interesses de grupos políticos e empresários locais do que à vontade do povo se.

Neste sentido, acredita-se que a atração religiosa em Guarabira figura como uma potencialidade criada e induzida, algo que foi formatado, não como uma vocação, ou seja, algo que tenha sido herdado, e enquanto potencialidade criada, esta necessita de um verdadeiro estímulo para que realmente possa se desenvolver.

Onde esse jogo de interesses mais se assemelha a um jogo de xadrez em escala tridimensional, em que ao menor mexer de peças toda a estrutura parece ser abalada pela conjuntura. No primeiro tabuleiro pode-se perceber o poder público, com práticas que buscam prioritariamente atender a interesses de grupos políticos, deixando de lado interesses que poderiam ser emanados da população local. Inclusive, sem negar a construção do Memorial Frei Damião, a população local poderia ter recebido um maior número de infraestruturas derivada da construção da segunda maior estátua do Brasil.

No segundo tabuleiro percebe-se a igreja buscando a todo custo manter viva a imagem de homem santo de Frei Damião, quer seja com romarias, missas e, de uma forma geral, o incentivo à vinda de romeiros. Ainda que tais práticas sejam necessárias e fundamentais para manutenção da identidade dos fiéis e da própria comunidade local, estas, são desenvolvidas de forma desarticulada com a esfera política, têm deixado a desejar quanto ao impacto na economia local.

Por último, no terceiro tabuleiro, é percebida a iniciativa privada como a mais beneficiada com o desenvolvimento desordenado na cidade de Guarabira. Avalia-se que, enquanto o setor público cruzou os braços, coube à iniciativa privada o papel de aproveitar a oportunidade do momento, somando fatores como o destaque da cidade de Guarabira em nível estadual e regional, que de uma forma ou de outra vincula-se à imagem de Frei Damião, à identidade trazida pela fé nesse frade.

Neste sentido, a análise da estrutura de como tais práticas validam o desenvolvimento local vincula-se também a reflexão conjuntural de que a forma centralizada de como ocorre a acumulação de capital por parte de alguns em detrimento de vários é percebida nos processos de produção do espaço. Em que, como contribuí Medina (2012) a reestruturação capitalista, assim, dá-se de forma desigual e combinada, e o mesmo processo que produz riqueza para uns produz pobreza para a maioria, a riqueza fica sempre concentrada.

Nesta mesma ótica, salvo as devidas proporções, tem-se os desdobramentos e as consequentes ações do capital que corroboram para a produção do espaço em Guarabira. Onde o capital elege o espaço, que é produzido e consumido, o turismo por sua vez enquanto atividade fundamentalmente capitalista proporciona plenas condições para expropriação do espaço.

Assim como, Medina (2012, p. 25) contribuí:

Neste sentido, podemos considerar o fenômeno do turismo como uma realidade complexa a partir de dois pontos de vista: por um lado, o turismo é constituído por uma complexidade sistêmica (diversidade de agentes) e uma complexidade de fenômeno (diferentes interpretações). Por outro lado, o turismo tem uma dimensão simbólica expressa em diferentes interpretações da realidade socialmente construídos, como algo material de dimensão sedimentada - como produtos nas zonas turísticas, que foram construídos a partir de diferentes interpretações dos agentes ao longo da história.

Como contribui Cruz (2006) O planejamento governamental de que se trata é um processo político-ideológico, que exprime anseios, objetivos e visões de mundo dos sujeitos sociais que o conduzem. Ainda segundo a autora, as políticas públicas de turismo, como instrumentos do planejamento governamental que são, espelham, didaticamente, as ideologias a elas subjacentes, que são: a rendição a pressupostos neoliberais, a centralização descentralizada, a negligência com o território em favor do mercado.

Certamente quem mais sai perdendo é a população local, que fica à mercê dos resultados de práticas que, por não serem articuladas, passam a ter resultados aquém dos esperados. Como contribui Lopes e Amaral (2008) para um município ser capaz de criar e gerenciar políticas públicas de qualidade é necessário, além dos recursos financeiros, planejamento de longo prazo. Ou seja, é importante que os atores políticos definam um objetivo e o melhor caminho para alcançá-lo. Buscando da mesma forma que planejar permitir a execução do que é esboçado. Promovendo, assim a elaboração e efetivação das políticas públicas, bem como possibilitando conexão dentre estas, evitando atos conflitantes por parte da gestão. Neste sentido, o desenvolvimento constatado em Guarabira concorre para um desenvolvimento desigual e combinado. Onde não há planejamento, tão pouco política de incentivo à prática turística. Faltando portanto articulação com outros órgão e o governo do estado, organização interna, assim como estratégias para um desenvolvimento de fato.

### 3.2 PLANEJAMENTO E A GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO

A análise das temáticas vinculadas à promoção do turismo, assim como os desdobramentos dessa prática, permeia uma gestão que deve ser refletida nas ações do poder público, a população e a iniciativa privada. De fato, as políticas públicas devem vislumbrar temas cruciais para o desenvolvimento local. Entretanto, o espaço turístico é o resultado das distintas lógicas e das relações de cooperação e de conflito dos agentes que participam da reconstrução do espaço (CORIOLANO, 2005 apud MEDINA, 2012, p. 39).

Muitas das práticas relacionadas a tal desenvolvimento podem ser estranhas à realidade local, nesse momento se faz necessária uma visão plural, não deixando, assim, de buscar atender aos diversos interesses (do turista, da população local, econômicos e políticos).

Como afirma Cruz (2006) se as políticas nascem do processo de planejamento, há que se reconhecer que, por outro lado, o planejamento é mantido pelas políticas dele emanadas, uma vez que é no ambiente das políticas públicas que o planejamento se estrutura, assumindo sentido.

Assim como, Medina (2012, p. 39 e 40) contribui:

Além disso, a sociedade é caracterizada pela institucionalização do conflito, motivado pela necessidade sentida pelos agentes para resolver problemas de cooperação e ação conjunta, tais como o desenvolvimento de um plano de desenvolvimento do turismo. Enquanto isso, o materialismo histórico considera o conflito como elemento integrante e organizador da sociedade, no sentido de contribuir para o processo de re-construção da Sociedade. O conflito não é apenas disfuncional, mas é uma dinâmica essencial para a compreensão do fenômeno do turismo. O conflito pode ser considerado como o antagonismo entre vários agentes com interesses opostos, quanto à posse de recursos materiais e / ou simbólica, como o processo de re-construção do espaço turístico.

Quanto aos choques entre planejamento estadual e planejamento municipal, já expressos nas políticas públicas de turismo desenvolvidas na Paraíba, algumas ponderações se fazem necessárias. Partindo-se da hipótese de que o espaço geográfico não existe *a priori*, ou seja, não é um elemento da natureza, mas uma construção humana, demonstra-se necessário repensar a forma como se pretende equalizar o que é desenvolvimento para os municípios paraibanos, como um método de racionalização equitativa de uso dos espaços produzidos e explorados.

Uma vez que, com base nas pesquisas desenvolvidas e encaminhadas, o que foi notado é que a produção do espaço em Guarabira traduz posicionamentos ideológicos e preferências

políticas dos que a fazem. Acredita-se, portanto, de acordo com o recorte posto na pesquisa, que a produção do espaço na perspectiva turística deve partir de uma ação conjunta e pactuada entre o governo do estado e o dos municípios, permitindo, assim, reflexos no roteiro integrado entre as duas esferas de governo.

Assim como contribui Cruz (2006), outra questão fundamental diz respeito ao próprio entendimento do que seja espaço, categoria de análise central a qualquer abordagem territorial do fenômeno do turismo. Onde independentemente do nível da análise, local, regional e/ou nacional, o que se percebe é que o planejamento do turismo, se dá sobre o espaço que é palpável e real, sendo este fruto de uma história herdada e construída pela sociedade.

No panorama histórico, percebe-se que é recente a prática turística em Guarabira. A partir da análise da situação atual, com referências a aspectos sociais e os fundamentos econômicos, bem como a apresentação da cultura religiosa, percebeu-se os pontos fortes e fracos da cidade. Acredita-se que o grande desafio seja a construção de uma política pública que busque levar em consideração os interesses da população, que seja elaborada de forma participativa, evitando, assim, priorizar interesses singulares de uma parcela específica dos envolvidos.

Para Medina (2012) o turismo é um fenômeno complexo que, até certo ponto, contribui para a reconstrução da sociedade, a partir das ações dos atores envolvidos no processo, que constroem as formas espaciais (dimensão material) e as identidades locais (dimensão simbólica). A diversidade de atores constroem a realidade desde distintas interpretações (complexidade do fenômeno), estabelecendo relações de cooperação e conflito em relação aos distintos recursos existentes. Sendo assim, a dinâmica percebida a partir da prática turística demanda planejamento e desenvolvimento de políticas públicas, de modo a balizar crescimento/desenvolvimento das cidades.

Um dos grandes desafios na implementação de políticas públicas voltadas para o turismo é a superação das questões políticas que se refletem na descontinuidade de projetos, provocando desperdício de dinheiro público e uma representatividade da fragilidade na articulação política local.

O planejamento de uma política pública demanda a renúncia, por parte dos governantes, de parte de seus projetos singulares em prol da coletividade, pressupõe, portanto, a superação de presunções particulares e o desenvolvimento da habilidade do diálogo.

A inclusão das comunidades locais, o envolvimento e participação efetiva da igreja, enquanto fomentador das práticas religiosas que corroboram com o desenvolvimento local,

onde a igreja desempenha um papel fundamental de estimular a participação do povo por meio do envolvimento pela fé e crença em dias melhores, o envolvimento dos setores privados, por vezes, são interesses divergentes. Conciliar esses interesses no ordenamento dos territórios pelo e para o turismo deve ser um paradigma orientador do planejamento governamental e de suas políticas públicas.

Acredita-se que no Brasil finalmente se descobriu que as atividades específicas voltadas ao turismo e, em particular, ao turismo religioso são isoladas, dispersas, sem planejamento e coordenação da ação das forças produtivas locais e dos atores envolvidos (públicos e privados).

Durante entrevista realizada com Doso (2013), o mesmo afirma:

Toda situação que contribua para o desequilíbrio institucional gera consequências bem nocivas na perspectiva do desenvolvimento, isto em todas as dimensões do desenvolvimento. Para exemplificar, um município que entra num processo de instabilidade, seja pela descontinuidade de ações de governo ou até pela prática política que se processa em determinado território, afugenta investimentos de todas as ordens. Afugenta o investimento privado, governamentais, afugenta inclusive o capital humano, que muitas vezes tem de migrar. Eu costumo resumir isto da seguinte forma: quando o ambiente é hostil é como o ambiente natural, até os animais mudam. Imagine um ambiente que é hostil ou pouco atrativo, se o ambiente não é positivo. Se o ambiente institucional não é positivo, logicamente que há um prejuízo. E esta pode ser uma das razões por que algumas regiões se desenvolvem mais do que outras, mesmo tendo muitas vezes as mesmas características. Algumas cidades dentro de uma mesma região, enquanto algumas crescem outras entram em estagnação de acordo com os seus indicadores econômicos e sociais. Podendo ser avaliada, também, como uma provável justificativa para uma mesma percepção de estados dentro de uma mesma macrorregião. Mas lhe respondendo de forma focada no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo, eu aponto, no caso da Paraíba, sem dúvida alguma, tanto no que diz respeito ainda à desinformação, à não priorização do turismo como política pública, o fato de ainda não termos alcançado aquilo que podemos alcançar, ou seja, o aproveitamento pleno de um estado que é muito rico turisticamente. Esta pode ser uma razão além da questão do que vamos chamar de desequilíbrio institucional, exatamente pela descontinuidade de ações. Eu posso lhe dar o exemplo muito claro em relação ao Prodetur que hoje coordeno no estado da Paraíba, as mudanças que nós tivemos de governo, um governo que de 2009 ao início de 2011, nós tivemos três governos na Paraíba. Em nosso estado, o programa foi altamente impactado, estados vizinhos avançaram conseguindo contratar o Prodetur Nordeste I e II, já estando numa fase adianta do Prodetur Nacional. Enquanto só agora em 2011, em nosso estado conseguimos destravar, resgatar o Prodetur Nacional e colocá-lo numa rota de efetivação. E de forma muito tranquila afirmo que um dos fatores que provocou este atraso na execução do Prodetur Paraíba foi a mudança de governo, enfim, quando muda o outro vem com uma nova estrutura, tentando adequar as mudanças que, sem dúvida, vão gerando prejuízos. Neste caso, assim como diversas políticas públicas, o turismo é um exemplo.

Fato é que as mudanças de governo frente às rivalidades políticas, assim como, a um governo optar por não querer dar continuidade a uma obra do outro, geram empecilhos para o desenvolvimento. No caso de Guarabira, o Memorial Frei Damião foi uma obra construída no governo de Léa Toscano (PSDB), depois quem assumiu a gestão foi Fátima Paulino (PMDB), partidos com forte rivalidade histórica, onde o reflexo do jogo político e de interesses é um governo não receber de bom grado uma obra deixada pelo antecessor.

Como contribui Medina (2012), a complexidade em se avaliar o fenômeno do turismo faz referencia a heterogeneidade de interpretações que atuam na localidade. Os atores envolvidos possuem um conjunto de significados culturalmente construídos e diferencialmente distribuídos. Os atores reconstroem suas interpretações da realidade a partir das ações realizadas no passado e contrastando com as da atualidade. O conhecimento de cada um dos agentes sobre a realidade esta condicionado as suas ações e percepções sobre tal realidade. Sendo assim, para construir suas interpretações da realidade, os atores atribuem sentidos as ações de outros agentes e as condições e contextos onde atuam.

Neste sentido, vem à tona a necessidade de mudanças quanto à forma de fazer política no cenário do município de Guarabira e do estado da Paraíba, de modo a modificar os métodos de se fazer política, permitindo, assim, atender às legítimas demandas da população. Demonstra-se imperativo assegurar a participação do povo na gestão do poder, uma vez que o que é percebido na atualidade, são reflexões, análises e exposições de ideias de entendimento da política que estão aquém das percepções para aqueles que possuem um ínfimo senso da responsabilidade de fato.

Ainda nesta ótica, o espaço possui um papel significativo no processo de reprodução e reformulação intrínseca do modo de produção capitalista. Segundo Smith (1998), a existência do espaço simultaneamente como fator de produção, mercadoria e assentamento, apresenta os tópicos desse processo, que é econômico, como também político. Entretanto, sua teoria é abrangente demais (do ponto de vista do método, mas, principalmente, do objeto), sendo muito improvável inexistir tantas críticas sobre ela.

Parece clara a forma desigual de como ocorre a produção do espaço, vinculando-se a aspectos históricos e socioeconômicos. Em que, a distribuição da população no território pode ser vista como um processo resultante de ocupação e desenvolvimento no decorrer do tempo.

Nesse sentido, buscando-se mensurar a produção do espaço observada em Guarabira para além da percepção visual. Tem-se a seguir alguns dados que permitem uma maior reflexão quanto à dinâmica do espaço, são dados quanto ao crescimento populacional e do

aumento dos domicílios particulares permanentes. Os dados foram utilizados propondo análises sobre a dinâmica populacional percebida no referido município, quando comparada com outras cidades do estado, conforme Tabelas 9 e 10:

**Tabela 9 – Evolução do número da população da 2ª RGA**

| Qtde.        | 2ª RGA            | 1991           | 2000           | %          | TGC        | 2010           | %          | TGC        | Evolução (%)<br>1991 a 2010 |
|--------------|-------------------|----------------|----------------|------------|------------|----------------|------------|------------|-----------------------------|
| 1            | Alagoinha         | 11.075         | 11.833         | 6,8        | 0,7        | 13.576         | 14,7       | 1,4        | 22,6                        |
| 2            | Araçagi           | 18.936         | 18.095         | -4,4       | -0,5       | 17.224         | -4,8       | -0,5       | -9,0                        |
| 3            | Araruna           | 15.418         | 16.605         | 7,7        | 0,8        | 18.879         | 13,7       | 1,3        | 22,4                        |
| 4            | Bananeiras        | 23.157         | 21.810         | -5,8       | -0,7       | 21.851         | 0,2        | 0,0        | -5,6                        |
| 5            | Belém             | 15.645         | 16.605         | 6,1        | 0,7        | 17.093         | 2,9        | 0,3        | 9,3                         |
| 6            | Borborema         | 4.184          | 4.730          | 13,0       | 1,4        | 5.111          | 8,1        | 0,8        | 22,2                        |
| 7            | Cacimba de Dentro | 17.672         | 16.817         | -4,8       | -0,5       | 16.748         | -0,4       | 0,0        | -5,2                        |
| 8            | Caiçara           | 7.170          | 7.325          | 2,2        | 0,2        | 7.220          | -1,4       | -0,1       | 0,7                         |
| 9            | Campo de Santana* | 10.407         | 9.388          | -9,8       | -1,1       | 10.262         | 9,3        | 0,9        | -1,4                        |
| 10           | Casserengue       | 5.782          | 6.568          | 13,6       | 1,4        | 7.058          | 7,5        | 0,7        | 22,1                        |
| 11           | Cuitegi           | 6.989          | 7.254          | 3,8        | 0,4        | 6.889          | -5,0       | -0,5       | -1,4                        |
| 12           | Dona Inês         | 9.842          | 10.227         | 3,9        | 0,4        | 10.517         | 2,8        | 0,3        | 6,9                         |
| 13           | Duas Estradas     | 4.909          | 3.818          | -22,2      | -2,8       | 3.638          | -4,7       | -0,5       | -25,9                       |
| 14           | Guarabira         | 49.548         | 51.482         | 3,9        | 0,4        | 55.326         | 7,5        | 0,7        | 11,7                        |
| 15           | Logradouro        | 3.359          | 3.389          | 0,9        | 0,1        | 3.942          | 16,3       | 1,5        | 17,4                        |
| 16           | Mulungu           | 9.461          | 9.189          | -2,9       | -0,3       | 9.469          | 3,0        | 0,3        | 0,1                         |
| 17           | Pilões            | 7.894          | 7.800          | -1,2       | -0,1       | 6.978          | -10,5      | -1,1       | -11,6                       |
| 18           | Pilõeszinhos      | 5.391          | 5.430          | 0,7        | 0,1        | 5.155          | -5,1       | -0,5       | -4,4                        |
| 19           | Pirpirituba       | 10.156         | 10.198         | 0,4        | 0,0        | 10.326         | 1,3        | 0,1        | 1,7                         |
| 20           | Riachão           | 2.478          | 2.793          | 12,7       | 1,3        | 3.266          | 16,9       | 1,6        | 31,8                        |
| 21           | Serra da Raiz     | 3.703          | 3.436          | -7,2       | -0,8       | 3.204          | -6,8       | -0,7       | -13,5                       |
| 22           | Serraria          | 9.561          | 6.678          | -30,2      | -3,9       | 6.238          | -6,6       | -0,7       | -34,8                       |
| 23           | Sertãozinho       | 2.888          | 3.444          | 19,3       | 2,0        | 4.395          | 27,6       | 2,5        | 52,2                        |
| 24           | Solânea           | 26.950         | 30.658         | 13,8       | 1,4        | 26.693         | -12,9      | -1,4       | -1,0                        |
| <b>TOTAL</b> |                   | <b>282.575</b> | <b>285.572</b> | <b>1,1</b> | <b>0,1</b> | <b>291.058</b> | <b>1,9</b> | <b>0,2</b> | <b>3,0</b>                  |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata (2012) e do IBGE (2012).

O cálculo feito a partir da TGC vem permitir indicações quanto ao ritmo de crescimento da população. Segundo o IBGE (2010), a TGC recebe influência direta da dinâmica da natalidade, da mortalidade e das migrações. Portanto, tal taxa vem a auxiliar nas análises quanto ao aumento médio da população no decorrer de um ano em determinado espaço e num período estimado.

Ainda de acordo com dados do IBGE (2010), na utilização dos dados gerados a partir da TGC podem-se destacar as análises quanto às alterações geográficas e temporais. Na realidade, entretanto, a estatística engloba muitos outros aspectos, sendo fundamental na análise de dados provenientes de quaisquer processos onde exista variabilidade.

A evolução total acumulada da população da 2ª RGA no período 1991 a 2010 foi de apenas 3,0%. Dos 24 municípios, apenas 13 apresentaram evolução do número da população, sendo que, destes, apenas 7 foram acima de 10%. O crescimento compreendido em Guarabira

ficou atrás de Alagoinha, Araruna, Borborema, Casserengue, Logradouro, Riachão e Sertãozinho. Observou-se que o número de decréscimos foi evidenciado em 9 municípios no período de 1991 a 2000, e em 11 no período de 2000 a 2010, prejudicando, portanto, a TGC, que ficou em 0,1% e 0,2%, respectivamente, nos períodos citados.

**Tabela 10 – Evolução do número de domicílios particulares permanentes da 2ª RGA**

| Qtde.        | 2ª RGA            | 1991          | 2000          | %           | 2010          | %           | Evolução (%)<br>1991 a 2010 |
|--------------|-------------------|---------------|---------------|-------------|---------------|-------------|-----------------------------|
| 1            | Alagoinha         | 2.323         | 2.808         | 20,9        | 3.686         | 31,3        | 58,7                        |
| 2            | Araçagi           | 4.209         | 4.443         | 5,6         | 5.004         | 12,6        | 18,9                        |
| 3            | Araruna           | 3.845         | 3.985         | 3,7         | 5.222         | 31,0        | 35,8                        |
| 4            | Bananeiras        | 4.771         | 5.013         | 5,1         | 5.930         | 18,3        | 24,3                        |
| 5            | Belém             | 3.565         | 4.352         | 22,1        | 5.150         | 18,3        | 44,5                        |
| 6            | Borborema         | 904           | 1.153         | 27,5        | 1.395         | 21,0        | 54,3                        |
| 7            | Cacimba de Dentro | 3.689         | 4.061         | 10,1        | 4.602         | 13,3        | 24,7                        |
| 8            | Caiçara           | 2.317         | 1.770         | -23,6       | 2.100         | 18,6        | -9,4                        |
| 9            | Campo de Santana  | 2.325         | 2.348         | 1,0         | 2.586         | 10,1        | 11,2                        |
| 10           | Casserengue       | –             | 1.576         | –           | 1.947         | 23,5        | –                           |
| 11           | Cuitegi           | 1.469         | 1.716         | 16,8        | 1.898         | 10,6        | 29,2                        |
| 12           | Dona Inês         | 2.095         | 2.410         | 15,0        | 2.956         | 22,7        | 41,1                        |
| 13           | Duas Estradas     | 1.725         | 1.037         | -39,9       | 1.074         | 3,6         | -37,7                       |
| 14           | Guarabira         | 10.997        | 13.155        | 19,6        | 16.252        | 23,5        | 47,8                        |
| 15           | Logradouro        | –             | 807           | –           | 1.104         | 36,8        | –                           |
| 16           | Mulungu           | 2.456         | 2.362         | -3,8        | 2.746         | 16,3        | 11,8                        |
| 17           | Pilões            | 1.441         | 1.567         | 8,8         | 1.716         | 9,5         | 19,1                        |
| 18           | Pilõesinhos       | 1.097         | 1.228         | 11,9        | 1.425         | 16,0        | 29,9                        |
| 19           | Pirpirituba       | 2.431         | 2.585         | 6,3         | 2.940         | 13,7        | 20,9                        |
| 20           | Riachão           | –             | 665           | –           | 930           | 39,8        | –                           |
| 21           | Serra da Raiz     | 825           | 837           | 1,5         | 896           | 7,0         | 8,6                         |
| 22           | Serraria          | 2.027         | 1.540         | -24,0       | 1.704         | 10,6        | -15,9                       |
| 23           | Sertãozinho       | –             | 915           | –           | 1.285         | 40,4        | –                           |
| 24           | Solânea           | 7.220         | 7.502         | 3,9         | 7.672         | 2,3         | 6,3                         |
| <b>TOTAL</b> |                   | <b>61.731</b> | <b>69.835</b> | <b>13,1</b> | <b>82.220</b> | <b>17,7</b> | <b>33,2</b>                 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata (2012) e do IBGE (2012).

No período de 1991 a 2010, a partir da análise da TGC, observou-se diminuição considerável dos percentuais populacionais em algumas cidades de menor porte, mas, ao contrário, evidenciou-se a propagação nos contingentes populacionais em cidades pequenas. Tomando-se as devidas proporções, notou-se que os índices negativos percebidos nos períodos citados vieram a comprometer os cálculos totais da taxa mencionada.

Os decréscimos do número de domicílios particulares permanentes evidenciados em alguns municípios sugerem que o perfil dos domicílios passa a ser alterado quanto à condição de ocupação em algumas localidades em que tais domicílios passam a ter uma finalidade diversa que não a de domicílio particular permanente, uma vez que, de acordo com a definição para domicílio particular permanente (IBGE, 2010), sua finalidade primeira é para habitação, em condição de ocupação própria, alugada, cedida e outra condição.

Sendo assim, a partir das análises postas, pode-se inferir que, nos municípios que tiveram redução no número de domicílios, isso ocorreu porque esses municípios passaram a ser enquadrados como: domicílio coletivo, domicílio fechado, domicílio improvisado, domicílio particular, domicílio de uso ocasional e domicílio vago.

As dinâmicas dos índices percentuais evidenciam o ritmo da evolução do número da população dos municípios paraibanos. Especificamente de Guarabira, sem a pretensão de estabelecer uma relação de causa e efeito, houve uma evolução no número de domicílios, sem um acompanhamento proporcional do crescimento da população, sugerindo uma possível relação de mudança no perfil dos domicílios nesse município.

De modo a aprofundar as discussões quanto ao tipo de desenvolvimento constatado em Guarabira, segue, abaixo, a Tabela 11, adaptada a partir dos dados do IBGE (2012), que evidencia a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) em Guarabira:

**Tabela 11 – PIB a preços correntes e PIB per capita segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e os Municípios – 2006-2010**

| Grandes Regiões, UFs e Municípios | Produto Interno Bruto          |               |               |               |               | Per capita (R\$) 2010 |
|-----------------------------------|--------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------------|
|                                   | A preços correntes (R\$ 1.000) |               |               |               |               |                       |
|                                   | 2006                           | 2007          | 2008          | 2009          | 2010          |                       |
| Brasil                            | 2.369.483.546                  | 2.661.344.525 | 3.032.203.490 | 3.239.404.053 | 3.770.084.872 | 19.766,33             |
| Nordeste                          | 311.104.054                    | 347.797.041   | 397.499.827   | 437.719.730   | 507.501.607   | 9.561,41              |
| Guarabira                         | 263.766                        | 300.302       | 343.224       | 384.233       | 430.656       | 7.782,00              |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2012).

Nos últimos anos, conforme dados do IBGE (2012), foi constatado um crescimento considerável no número de habitantes na cidade de Guarabira, crescimento este que apresentou níveis superiores aos notificados em outras cidades do entorno. Mais que isso, foi percebido que os indicadores econômicos da cidade têm demonstrado altas significativas, evidenciando claramente o potencial contraditório de desenvolvimento da cidade.

De acordo com os dados do PIB apresentados na Tabela 11 acima, o município de Guarabira apresentou, de 2007 até 2010, um perceptível crescimento no PIB, acompanhando, portanto, o crescimento notado na região Nordeste em detrimento dos anos anteriores. Acredita-se que uma provável causa para os números constatados em Guarabira possam ter uma relação direta com o aumento dos números de empregos, que podem ter ligação direta com o aquecimento do mercado imobiliário, característico do aumento de loteamentos e condomínios na cidade, juntamente com o crescimento do setor terciário. Em Guarabira existe um Shopping Center sendo construído, o aumento do número de empreendimentos que, somados à imagem do Frei Damião, passam a ter representatividade no município.

Acredita-se que a gestão de políticas públicas que busque permitir a interação da comunidade local, o poder público municipal e a igreja, demonstra ser a melhor alternativa sendo um caminho para o desafio do desenvolvimento do turismo enquanto política pública para o município de Guarabira.

Assim como Gastal e Moesch (2007) contribuem:

Para maior eficiência, na busca de uma gestão compartilhada, é indicado organizar e implementar um sistema público de Turismo, cuja composição ideal seria formada por um conselho de Turismo, por fundos de financiamento e por agência de desenvolvimento. Esse sistema teria como função consolidar a imagem da cidade/localidade como um destino turístico qualificado; desencadear um processo de sensibilização da comunidade para o Turismo enquanto fenômeno humano e econômico, e das potencialidades da cidades/localidades para atender a essas demandas.

Durante a pesquisa, frente à forma como vem sendo conduzida a gestão do turismo na cidade, foram percebidos alguns atropelos, não havendo na cidade ao menos uma secretaria de turismo, tão pouco outra com articulação para este fim, identifica-se portanto, que houve falta de responsabilidade com o desenvolvimento turístico na cidade, por parte da gestão que sucedeu a que deu início às obras do memorial, que, de forma descompromissada, deixaram de assumir a orientação e condução da prática turística na cidade de Guarabira, deixando ao curso do acaso, sem uso da efetiva potencialidade que poderia ser explorado tamanho investimento.

Acredita-se que uma obra como o Memorial Frei Damião deixa margem à investimentos secundários e terciários por parte do poder público – seria a possibilidade da construção de um teleférico, que, vale salientar, fazia parte do projeto original, porém até então não saiu do papel, o desenvolvimento de todo um parque turístico que, somado ao sucesso dos Caminhos do Padre Ibiapina, poderia atrair mais investimentos e, conseqüentemente, maior desenvolvimento para a cidade.

De acordo com pesquisa feita junto às corretoras de imóveis do município, a população local tem dado preferência em comprar residências em áreas próximas à estátua do frei, dentre outros fatores que demonstram a conjuntura dos investimentos na localidade. Além disso, percebem-se as questões que têm relação direta com os aspectos estruturantes, são os investimentos públicos enquanto essências para a valorização do município, melhorias de acesso ao município e ao memorial, a própria construção do memorial e as políticas públicas de turismo desenvolvidas em se tratando de Nordeste, Paraíba e municípios, esta última ainda muito tímida e incipiente.

A palavra turismo traduz o anseio, a esperança de proporcionar a inserção de pessoas, grupos e regiões que, por motivos variados, podem ser considerados excluídas da fruição do turismo – da possibilidade de acesso aos benefícios da atividade pelo potencial consumidor, pelo ofertante e pela comunidade receptora – ou dos que usufruem da experiência turística de forma inadequada, ao consumir produtos turísticos sem a devida qualidade. Trata-se do envolvimento e participação do ser humano como pertencente ao exercício dos direitos e deveres individuais e coletivos.

Percebe-se todo um desenrolar na conjuntura e estrutura, em que a análise de conjuntura demonstra-se pertinente no momento em que se avalia as alterações que passam a ocorrer na cidade, no período pós-construção do Memorial Frei Damião. De fato não há de se desprezar toda a conjuntura econômica que o país vem passando quanto ao acesso a linhas de crédito, que vem a permitir ao cidadão menos abastado comprar sua primeira residência. Fato é que se esta compra pode ser aos pés do frei, certamente o será, como efetivamente vem sendo.

Neste sentido, demonstra-se necessário orientar o crescimento da cidade. O Estatuto da Cidade, que trata sobre a política urbana, estabelece normas de ordem pública e de interesse social, o equilíbrio ambiental, regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal.

O Estatuto da Cidade veio estabelecer normas de ordem pública e interesse social que visam regular o uso da propriedade urbana em prol de um aproveitamento sustentável do espaço urbano. Além disso, essa lei determina prazos para expedição de diretrizes de empreendimentos urbanísticos, aprovação de projetos de parcelamento, de edificação, vistorias e verificação de conclusão de obras (BRASIL, 2001, p. 61).

Conforme Ribeiro (2011, p. 125-126), o Estatuto da Cidade apresenta como objetivo da política urbana:

- O direito a cidades sustentáveis.
- O desenvolvimento urbano ambientalmente sustentável.
- A gestão democrática da cidade.
- A garantia das funções sociais da cidade e da propriedade.

Contudo, o Estatuto da Cidade abrange uma concepção de cidade, de planejamento e de gestão urbana. Portanto, visa também a proteção do meio ambiente natural e do patrimônio

cultural, a produção de bens e serviços nos limites da sustentabilidade ambiental, e a recuperação, pelo poder público, de investimentos que tenham resultado na valorização imobiliária, entre outras.

De acordo com BRASIL (2001) o projeto utiliza os seguintes instrumentos principais :

- a) **Gestão democrática:** deverá ocorrer por meio da ação de conselhos de política urbana, da iniciativa popular de leis e da realização de debates, audiências e consultas públicas para a aprovação e a implementação dos planos diretores e das leis orçamentárias.
- b) **Plano diretor:** obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes e referência para o cumprimento da função social da propriedade (art. 182, §§ 1º e 2º, da CF), o plano diretor passa a ser exigido também para cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico, para aquelas influenciadas por empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental e para as que pretendam utilizar os instrumentos do estatuto.
- c) **Parcelamento, edificação ou utilização compulsórias:** a ociosidade de vastas extensões de terrenos urbanos já dotados de infraestrutura é responsável por deseconomias, como a elevação dos custos de prestação dos serviços públicos e a sobrevalorização fundiária. Previsto no art. 182, § 4º, da Constituição como primeira penalidade pela retenção ociosa de terrenos, esse dispositivo carecia de regulamentação em lei federal para tornar-se aplicável.
- d) **IPTU progressivo no tempo:** segunda sanção prevista na sequência do § 4º do art. 182, para combater a ociosidade de terrenos urbanos, o IPTU progressivo no tempo será aplicado aos proprietários que descumprirem a primeira penalidade, pelo prazo de cinco anos, com progressão da alíquota, limitada ao dobro de um exercício para outro, até o máximo de 15%.
- e) **Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública:** trata-se da última das penalidades constitucionais previstas no capítulo da política urbana. Torna a desapropriação de imóveis urbanos ociosos semelhantes à que ocorre para fins de reforma agrária.
- f) **Usucapião especial:** o usucapião especial de imóvel urbano de propriedade particular constitui dispositivo autoaplicável da Constituição. O Estatuto da Cidade,

contudo, amplia a possibilidade de iniciativa para o usucapião coletivo, o que pode facilitar a regularização fundiária de áreas urbanas de difícil individualização.

- g) **Concessão de uso especial para fins de moradia:** instrumento inovador, permite que imóveis públicos ocupados há mais de cinco anos sem oposição tenham a posse regularizada de maneira assemelhada aos casos de usucapião de imóveis particulares, mas sem transferência da propriedade. O dispositivo foi vetado pelo presidente da República, mas repostado pela Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, que limita a fruição do benefício aos que satisfaziam às condições da lei na data de 30 de junho de 2001.
- h) **Direito de superfície:** permite a transferência, gratuita ou onerosa, por escritura pública, do direito de construir sem que este alcance o direito de propriedade do terreno. Torna mais flexível a utilização de terrenos urbanos.
- i) **Direito de preempção:** assegura preferência ao poder público na aquisição de imóveis urbanos desde que, devidamente notificado pelo proprietário, manifeste o interesse pela compra, no prazo de trinta dias, findo o qual o direito deixa de prevalecer. Objetiva permitir a formação de estoque de terras públicas sem a necessidade de procedimentos de desapropriação.
- j) **Outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso:** consiste na possibilidade de o município estabelecer determinado coeficiente de aproveitamento dos terrenos a partir do qual o direito de construir excedente deve ser adquirido do poder público. O mesmo deverá ocorrer quando o uso for alterado e resultar na valorização do imóvel.
- k) **Operações urbanas consorciadas:** permitem um conjunto de intervenções e medidas, consorciadas entre poder público e iniciativa privada, com vistas a alcançar transformações urbanísticas de maior monta. No âmbito das operações, o direito de construir pode ser expresso em certificados de potencial adicional de construção, vendidos em leilão ou utilizados para o pagamento de obras.
- l) **Transferência do direito de construir:** faculta o exercício desse direito em imóvel distinto do que originalmente o detinha. Mecanismo útil para a implantação de equipamentos urbanos (reduz os custos de desapropriação), para a preservação do patrimônio histórico e cultural e para a regularização de áreas ocupadas por população de baixa renda.

- m) **Estudo de impacto de vizinhança:** documento técnico a ser exigido, com base em lei municipal, para a concessão de licenças e autorizações de construção, ampliação ou funcionamento de empreendimentos ou atividades que possam afetar a qualidade de vida da população residente na área ou nas proximidades.
- n) **Consórcio imobiliário:** poderá ser constituído nos imóveis alcançados pela obrigação de parcelar, construir ou utilizar. O proprietário transfere seu imóvel ao poder público e recebe como pagamento, após a realização das obras, unidades imobiliárias urbanizadas ou edificadas.

O questionamento que emerge diante desse conjunto de leis e normas direciona-se, obviamente, a não aplicação das mesmas na construção do Memorial Frei Damião. A pesquisa constatou que tanto o Plano Diretor de Guarabira e a Lei Orgânica do município foram letra morta no investimento de dinheiro público na construção do Memorial.

Uma vez que o plano diretor deveria ser um instrumento de planejamento e servir como referência para o cumprimento da função social da propriedade urbana e para a organização dos gastos públicos. Nos termos do art. 40, § 1º, do Estatuto da Cidade, todo município deve ser ativo na elaboração das leis orçamentárias e na gestão do seu perímetro municipal, visando, obviamente, o bem da sociedade local, o que dá a medida de sua importância para a gestão das cidades. Além disso, acredita-se que este: “Deve contemplar diretrizes referentes à circulação, habitação, meio ambiente, patrimônio histórico e outros aspectos relacionados com o desenvolvimento das cidades, de modo a proporcionar melhores condições de vida a sua população.” (CAMPOS, 2004, p. 70).

Neste contexto, no caso de Guarabira, de acordo com texto da Lei Orgânica, promulgada em 05 de abril de 1990, com as alterações adotadas pelas Emendas número 01/95 a 11/2012, tem-se que:

Art. 89. A política de desenvolvimento urbano será fixada em lei municipal e obedecerá as diretrizes gerais, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Parágrafo único. O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. (Incluído pela Emenda no 07/2007).

Ainda segundo a Lei Orgânica de Guarabira, em sua Seção IX - do Turismo, tem-se:

Art. 125. O Município apoiará e incentivará o turismo como atividade econômica, reconhecendo-se como forma de promoção e desenvolvimento social e cultural.

Art. 126. O Município juntamente com os segmentos envolvidos no setor, definirá política de turismo, observadas as seguintes diretrizes e ações:

I - A adoção de plano integrado e permanente estabelecido em lei para o desenvolvimento do turismo;

II - desenvolvimento da infra-estrutura e a conservação dos parques, reservas biológicas, bem como todo o potencial natural que venha a ser de interesse turístico;

III - estímulo à produção artesanal típica, mediante política de redução de tarifas devidas por serviços públicos;

IV - apoio a programas de orientação e divulgação do turismo municipal e regional;

V - apoio à iniciativa privada no desenvolvimento de programas de lazer e entretenimento para a população de modo geral.

Ao avaliar o Plano diretor do município de Guarabira, do ano de 2006, sendo o último realizado até então, o que se observa é:

#### Seção II – Turismo

Art. 96. O Poder Público Municipal desenvolverá políticas de estímulo ao turismo com as seguintes diretrizes:

I – aproveitamento do seu potencial turístico, em articulação com Estado, divulgando roteiros, apoiando e promovendo eventos culturais, históricos, científicos, esportivos e ecológicos;

II – implantação de equipamentos urbanos de apoio desenvolvimento e promoção do turismo na Cidade de Guarabira;

III - promoção e divulgação do potencial turístico de Guarabira;

IV – apoio, através de incentivos fiscais, para construção de meios de hospedagem, recuperação e restauração de equipamentos de interesse cultural, paisagístico e histórico da cidade e incentivo ao desenvolvimento de roteiros alternativos e complementares, visando uma maior permanência de turistas no município;

V – promoção, em articulação com o Estado e outros municípios, das atividades produtivas e de comercialização de bens de apoio à economia turística, notadamente as que se orientam para o mercado final de abastecimento e a oferta de artigos do artesanato local.

Portanto, o que se percebe, efetivamente, é um município com uma lei orgânica (1990) defasada que pouco ajuda na objetivação do Plano Diretor de 2006; assim como um total descumprimento no que foi posto nestes. Uma vez que, de acordo com as pesquisas desenvolvidas, não foi encontrada nenhum incentivo efetivo à prática turística realizada na cidade

por parte da prefeitura, assim como não foi encontrada a implantação de outros equipamentos urbanos de apoio e desenvolvimento do turismo no município, além de uma estrada que leva ao Memorial Frei Damião e de equipamentos urbanos (arruamento e iluminação pública) no em torno do Memorial postos a serviço do capital imobiliário. De fato, o que se observa é que na prática a teoria é outra. Ou seja, o que poderia ser um instrumento para o planejamento corroborando para uma melhor e mais justa produção do espaço no município, não saiu do papel.

Assim, é preciso frisar que o processo de elaboração ou revisão do plano diretor deve estar voltado para a realidade local. Devem ser buscados mecanismos de reflexão e expressão que permitam conhecer tanto as demandas de caráter mais específico e comunitário quanto aquelas de natureza mais abrangente.

Para Santos (2007), a produção de espaço é consequência de várias determinações, onde a origem está em diferentes níveis e escalas, variando de local único para a dimensão internacional. O espaço social, portanto, deve ser entendido como uma unidade e uma totalidade que se transforma de acordo com as mudanças na Sociedade, por uma variedade de agentes, em diferentes escalas.

Contudo, a questão da dinâmica urbana força o governo a rever suas regulamentações e zoneamento, pretendendo uma renovação urbana, e fomentando a diversificação das atividades e uso de ocupação e produção do espaço, gerando uma contínua adaptação do espaço construído existente. Assumir essas posições no decorrer da construção do Memorial do Memorial Frei Damião enquanto turismo religioso, certamente não foi tarefa colocada em pauta pelos administrados públicos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas até aqui desenvolvidas permitiram analisar o fenômeno do turismo religioso sob um ponto de vista que poderia ser indutor para o desenvolvimento, interagindo portanto com as magnitudes materiais e simbólicas da realidade do município de Guarabira.

Porém, de acordo com pesquisas feitas junto aos órgãos públicos foi constatado (e até certo ponto, referendado) uma completa falta de percepção das potencialidades existentes no estado da Paraíba. Existem potencialidades e vocações em vários municípios do estado que poderiam ser exploradas permitindo assim o desenvolvimento de roteiros turísticos que poderiam possibilitar ao estado desapontar no nível nacional como marco de peregrinações religiosas.

Tomando como base pesquisas junto a igreja, assim como, com a população local, foram identificados alguns destes destinos do turismo religioso no estado, sendo estes representados por: O Memorial Frei Damião, no município de Guarabira; A Cruz da Menina, em Patos; O Santuário de Nossa Senhora de Fátima, em Araruna; Os caminhos do Padre Ibiapina, com início em Guarabira e finalizando em Solânea, onde foi construído um Santuário em sua homenagem; O cristo redentor, no município de Itaporanga; A igreja de Nossa Senhora da Guia, no município de Lucena; O Cruzeiro de Roma, no município de Bananeiras; A pedra de Santo Antônio, no município de Fagundes.

Neste sentido, pode-se afirmar que o potencial turístico do município de Guarabira, deve ser visto como relevante, portanto, demonstra-se necessário organizar os destinos turísticos, não apenas em Guarabira, assim como, em todo o estado. Onde as vocações devam ser estimuladas e as potencialidades desenvolvidas.

Quanto as dimensões de *vocação e potencialidade*, parece clara a reflexão de que a prática do turismo religioso no município de Guarabira figura como uma potencialidade não como uma vocação, ou seja, algo que foi criado, não algo que tenha sido herdado, e enquanto potencialidade criada, esta necessita de um real estímulo para que efetivamente venha a se desenvolver.

A concretização da prática turista em Guarabira vincula-se a várias contextos, um deles é a necessidade de organização, isto não apenas em escala local, assim como, em todo o estado. Ou seja, para que de fato exista a venda de roteiros turísticos pressupõe-se a

organização dos mesmos. Uma vez que o potencial do estado demonstra-se pujante, faltando porém coordenação .

Tal organização se faz necessária entre os atores envolvidos na prática turística. Fugindo assim da ótica de deixar cada cidade cuidando individualmente dos seus monumentos, se faz necessário trabalhar as parcerias e o trabalho pactuado entre governo do estado e dos municípios para elaboração de roteiros turísticos.

Para tanto é de fundamental importância aumentar o engajamento dos moradores, em projetos que identifiquem a imagem do município de Guarabira e que considerem a população como parte integrante de todo o processo. Esses seriam procedimentos inseridos dentro da estratégia do uso do *marketing* para o desenvolvimento turístico. Porém, não do marketing mercadológico, mas sim de estratégias que instiguem visitantes a vivenciar a cultura local.

A necessidade é por capacitação, qualificação e planejamento, de modo a utilizar o potencial do turismo religioso do estado. Permitindo, desta forma, uma ação conjunta e articulada entre os municípios com atrativos turísticos. Nesta ótica, uma planificação bem elaborada dos destinos e atrativos turísticos, com um roteiro que explore as vocações e potencialidades turísticas existentes, permitindo assim agregar atrativos. Onde determinada pessoa por mais interessada que possa estar em conhecer uma cidade em virtude da sua cultura, belezas naturais e/ou históricas, tenha também outras oportunidades para explorar.

Contudo acredita-se que, assim como contribui (PEREZ, 2009, p. 16), o turismo funciona como um aparato de afirmação política, originando políticas de representação que utilizam e manipulam símbolos com o objetivo de reforçar os modelos de dominação e controlo políticos (CHAMBERS, 2000 apud PEREZ p. 53) e que, inevitavelmente, expressam e defendem sempre os interesses de alguns apenas.

Nesse contexto, interesses particulares de grupos específicos não podem frequentar a cena, bem como há que se estar constantemente alerta para que a aplicação do *marketing* não conduza à transformação da cidade em empresa, com suas diretrizes políticas e estratégias de desenvolvimento norteadas unicamente pelo mercado empresarial. O governo municipal assume o papel de fomentador do desenvolvimento, não apenas como fornecedor de infraestrutura, mas como negociador, com planejamento claro, observado pelos olhos do mercado.

O que se percebe é que os diferentes atores envolvidos estão sujeitos a mesma realidade, porém com percepções distintas. Para tanto, compreender as interpretações dos

múltiplos atores e as prováveis diferenças quanto a percepção destes demonstrou-se fundamental para entender a produção do espaço.

Não há mais lugar para o representante do poder público em seu antigo papel de guardião da coisa pública, imune às realidades inegáveis, nas suas contradições tanto econômicas quanto comerciais.

Acredita-se, portanto, que a construção do Memorial Frei Damião gerou impactos de diversas ordens. Porém, as cidades contemporâneas, destituídas de um planejamento urbano adequado, vêm apresentando ambientes onde a degradação física e social são alarmantes, e, se não houver um planejamento adequado, a cidade de Guarabira tende a se incluir nesse cenário.

A pesquisa revelou que, do ponto de vista histórico, a criação de novos núcleos na cidade apresenta-se como aspecto peculiar de produção dos espaços urbanos, vinculando-se, portanto, à múltiplos agentes e fatores de cunho econômico, político e social. Tais núcleos podem ser qualificados, e tornam-se atrativos, pela heterogeneidade de atividades comerciais e de serviço, infraestrutura e probabilidades de ingresso.

O estudo identificou as lacunas existentes na prática do turismo no município de Guarabira e no estado da Paraíba. A partir das análises postas, o que se observou no município de Guarabira é que o planejamento urbano é um processo equivocado e praticamente inexistente. Observou-se a necessidade de se estabelecer um plano diretor contendo uma política de uso e ocupação do solo, no intuito de contribuir para a racionalização das necessidades inerentes ao desenvolvimento.

Muitos são os desafios. O Memorial Frei Damião, assim como um símbolo, sozinho não tem significado. Mais que isto, para que possa vir a ser visto como significante, cabe aos gestores e à população local atribuir-lhe definição. A ideia de “quem é representado” é apenas a forma, o que de fato se deve buscar é um porquê para materialização de tal forma.

Durante a realização das pesquisas foram encontradas dificuldades em obter dados da prefeitura de Guarabira, idas ao município objeto das análises postas sem obtenção de êxito, acredita-se que tal situação seja reflexo de rivalidades políticas, uma vez que o pesquisador deste trabalho, desempenhou uma função no governo que antecedeu a atual gestão.

Necessário se faz, portanto, afirmar que o referido estudo não ambiciona esgotar o assunto, acredita-se, enquanto pesquisador, despertar interesses e suscitar discussões de pessoas que se identificam com o tema, a fim de que possam gerar, num futuro próximo, opiniões e estudos que encontrem eco no âmbito geográfico de maneira a produzirem ajustes,

contribuindo para o engrandecimento e a melhoria da prestação de serviços à sociedade guarabirense.

## **REFERÊNCIAS**

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Vicente de. **Lazer: princípios, tipos e formas na vida e no trabalho.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ARRUDA, Luciene Vieira de. **Caracterização de ambientes agrícolas e dos principais solos do município de Guarabira-PB.** / Luciene Vieira de Arruda - Areia-PB: CCA/UFPB, 2008 - 88 f.: il. Tese (Doutorado em Agronomia) - Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Agrárias, Areia, 2008. Bibliografia.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento.** Campinas, SP: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E.;

BEUREN, Ilse M. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: RAUPP, Fabiano M.; Beuren, Ilse M. (org). **Como elaborar trabalhos monográficos.** São Paulo, Atlas: 2006. P. 76-96.

CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. **Turismo: espaço, paisagem e cultura.** São Paulo: Hucitec, 1996.

BOYER, M. **História do turismo de massa.** Bauru, SP: Edusc, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Estatuto da cidade (2001). **Estatuto da cidade:** Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 35 p. – (Série fontes de referência. Legislação; n. 40) ISBN 85-7365-168-7

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Labur, 2007.

CATEDRAL DE NOSSA SENHORA DA LUZ. **Livro de Tombo.** Guarabira, PB, 10 out. 2011.

CAVALCANTI, Ruth Avelino Cavalcanti. **O turismo religioso na Paraíba e a práticas de interiorização desta prática no estado.** [10 maio 2013]. Entrevistador: Leandro de Pontes Araújo. João Pessoa, 2012. Gravador de áudio. (50 min), digital, son.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à geografia cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM. Serviço Geológico do Brasil. Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Guarabira, Estado da Paraíba / (orgs.). MASCARENHAS, J. de C.; BELTRÃO, B. A.; SOUZA JÚNIOR, L. C. de; MORAIS, F. de; MENDES, V. A.; MIRANDA, J. L. F. de. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005. 10p + anexos.

CRUZ, João Everton da. **Frei Damião**: a figura do conselheiro no catolicismo popular do nordeste brasileiro. 2010. 115f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Pós-Graduação em Ciências da Religião, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte: PUC-MG, 2010.

CRUZ, João Lúcio Alves. **O sagrado e o meio ambiente**. Guarabira: UEPB, 2004.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DOSO, Arnaldo Júnior Farias. **Prodetur Nacional**. [10 maio 2013]. Entrevistador: Leandro de Pontes Araújo. João Pessoa, 2013. Gravador de áudio. (50 min), digital, son.

EMBRATUR. **Instituto Brasileiro de Turismo**. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário eletrônico Aurélio. Versão 5.11a, 3. ed. São Paulo: Positivo, 2004. 1 CD-ROM.

Gadotti, M. (1997). Lições de Freire. *Faculdade de educação*, 23 (1-2), 15-18. Disponível em: <<http://www.ujaeen.es/revista/reid/revista/n5/REID5art6.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2013.

GASTAL, Suzana de Araújo; MOESCH, Marutschka Martini. **Turismo, políticas públicas e cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GUARABIRA. **Lei Orgânica**, promulgada em 05 de abril de 1990, com as alterações adotadas pelas Emendas número 01/95 a 11/2012. Guarabira; PB. Prefeitura Municipal de Guarabira 1990.

GUARABIRA. **Plano Diretor** (2006). LEI COMPLEMENTAR No. 012/2006. Guarabira; PB. Prefeitura Municipal de Guarabira 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Guarabira. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250630&search=Para%C3%ADba%7CGuarabira#historico>. Acesso em maio 2013.

\_\_\_\_\_. **População**: Censos Demográficos. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/mapa\\_site/mapa\\_site.php#populacao](http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#populacao)>. Acesso em: 22 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. **Guia do Censo 2010**. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/Guia\\_do\\_censo2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/Guia_do_censo2010.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2010.

IDEME. Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba. **Indicadores demográficos:** características do crescimento populacional nas regiões geoadministrativas do estado da Paraíba, 2000-2010. João Pessoa: Ideme, 2011. (Caderno Ideme nº 15). Disponível em: <[http://www.ideme.pb.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=2412&Itemid=84](http://www.ideme.pb.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2412&Itemid=84)> Acesso em: 22 fev. 2012.

INAGARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo.** 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IPEADATA. Base de Dados Econômicos e Financeiros do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **População.** Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

LAGES, Beatriz H. Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo.** 2. ed. Campinas, SP: Papiros, 1996. (Coleção Turismo).

MARTINS, Vânia Paiva. Análise Ambiental e Legal do Processo de Ocupação e Estruturação Urbana da Cidade de João Pessoa / PB, Numa Visão Sistêmica. – João Pessoa, 2006. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa Regional de Pós- Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba. 1o Orientador: Prof. Dr. Eduardo Rodrigues Viana de Lima PRODEMA-UFPB/UEPB. 2o Orientador: Prof. Dr. Edson Leite Ribeiro PRODEMA-UFPB/UEPB.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil / Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Organizador). – 2ª ed. Revisada – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

MITIDIERO, Marco. **Pesquisa de campo realizada com o Padre Luis Perscarmona.** Guarabira, PB, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território e história no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Annablume/ Hucitec, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MOURA, Abdalaziz de. **Frei Damião e os impasses da religião popular.** Petrópolis: Vozes, 1978.

PRODETUR-PB. **Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo.** Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/turismo/programas\\_acoes/regionalizacao\\_turismo/prodetur.html](http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/prodetur.html)> . Acesso em 18 junho 2013.

OFFE, Claus. A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: PEREIRA, Luis Carlos Bresser; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo/Brasília: Edunesp/Enap, 1999.

OLIVEIRA, Gildson. **Frei Damião, o santo das missões**. São Paulo: FTD, 1997.

OLIVEIRA, Marcia Amaral de. **Práticas da Prefeitura para o desenvolvimento do turismo na cidade de Guarabira**. [15 junho 2013]. Entrevistador: Leandro de Pontes Araújo. Guarabira, 2013. Gravador de áudio. (50 min), digital, son.

OMENA, Tânia Guimarães. A procura do equilíbrio do mercado turístico. **Boletim Técnico Senac**, v. 15, n. 1, p. 29-39, jan./abr. 1989.

O TURISMO NA PARAÍBA. Disponível em: <<http://historiadaparaiba.blogspot.com.br/2010/01/o-turismo-na-paraiba.html>>. Acesso em: 5 julho 2013.

PEREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo cultural: uma visão antropológica**. Tenerife, Espanha: El Sauzal, 2009. (Colección Passos Edita).

PERSCARMONA, Padre Luis. **A igreja católica e a construção do Memorial Frei Damião**. [10 set. 2012]. Entrevistador: Leandro de Pontes Araújo. Guarabira, 2012. Gravador de áudio. (50 min), digital, son.

LOPES, Brenner.; AMARAL, Jefferson Ney (Orgs.). **POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS E PRÁTICAS**. coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008. 48 p.

MADSON, Carlos. **Desenvolvimento do turismo na cidade de Guarabira**. [10 maio 2013]. Entrevistador: Leandro de Pontes Araújo. Guarabira, 2013. Gravador de áudio. (50 min), digital, son.

MENDONÇA, FRANCISCO, and CARLOS AUGUSTO DE FIGUEIREDO MONTEIRO. **Clima urbano**. Editora Contexto, 2003.

MOREIRA, E. de R. F. Mesorregiões e microrregiões da Paraíba: delimitação e caracterização. João Pessoa: GAPLAN, 1988.

PNT, Plano Nacional do Turismo, 2006. Uma viagem de inclusão.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: Enap, 2006. 2v.

RIBEIRO, Guilherme. A valorização total do espaço: capitalismo e geografia em civilisation matérielle, économie et capitalisme – XV-XVIII. **Estud. Hist.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 5-27, jan.-jun. 2011.

ROCHA, J. M.; JUNIOR-MAIA, D. S.; SANTOS, H. P. Turismo e espaço: considerações sobre o Programa de Regionalização do Turismo. **Revista Múltipla**, Brasília, v. 12, n. 22, p. 93-108, 2007.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Douglas. **A invenção do espaço**: diálogos em torno do significado de uma categoria. São Paulo: Unesp, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **Técnica, tempo, espaço**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora EDUSP, 2007.

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: Enap, 2006. 2v.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Taxa geométrica de crescimento anual da população – 2000/2010 (em % a.a.)**. São Paulo: Seade, 2010. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>> Acesso em: 22 fev. 2012.

SILVEIRA, Emerson J. Sena da. Turismo religioso popular? Entre a ambiguidade conceitual e as oportunidades de mercado. **Revista de Antropologia Experimental**, Jaén, Espanha, n. 4, p. 1-16, 2004.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, p. 93-111, 2006.

STEIL, Carlos Alberto. Peregrinação e turismo: o Natal Luz em Gramado e Canela. In: REUNIÃO DA ANPOCS, 22., 1998, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 1998.

\_\_\_\_\_; HERRERA, Sonia Reyes. Catolicismo e ciências sociais no Brasil: mudanças de foco e perspectiva num objeto de estudo. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 23, jan./abr. 2010.

SOUZA, A. R. Nosso empreendedorismo liberal cristão. Trabalho apresentando no 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009. Disponível em:

<<http://seer.ucg.br/index.php/caminhos/article/viewFile/1953/1218>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

Turismo, cultura e desenvolvimento./ Maria Dilma Simões Brasileiro, Júlio Cabrera Medina, Luiza Neide Coriolano (Organizadores)... – Campina Grande: EDUEPB, 2012. 240P.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e pesquisa em administração**. Florianópolis: UFSC; Brasília: Capes, 2009.

# APÊNDICE

**APÊNDICE A –**  
**Questionário de registro da pesquisa de campo com os romeiros e turistas ao Memorial**  
**Frei Damião**

✚ Nome:

---

✚ Local de Origem:

✚ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

✚ Meio de locomoção utilizado para chegar até o Memorial Frei Damião:

( ) ônibus ( ) carro particular ( ) van ( ) outros:

---

✚ Motivação da Viagem:

( ) Turismo ( ) Romaria ( ) outros:

---

✚ Demonstra interesse de retornar ao memorial: ( ) sim ( ) não.

Se sim, por quê ?

---

---

✚ Você acredita que a construção do Memorial Frei Damião trouxe algum benefício para a cidade de Guarabira : ( ) sim ( ) não.

Justifique:

---

---

✚ Você acha que a construção do Memorial Frei Damião veio a atender uma ânsia da fé ou do dinheiro ?

---

---